

QGEP Participações S.A.

*Informações Contábeis Trimestrais - ITR
Individual e Consolidada Referentes ao
Trimestre Findo em 30 de Setembro de 2012
e Relatório Sobre a Revisão das Informações
Trimestrais*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	03
-----------------------------	----

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	04
Balanço Patrimonial Passivo	04
Demonstração do Resultado	05
Demonstração do Resultado Abrangente	06
Demonstração do Fluxo de Caixa	07

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	08
DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	09
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	16
DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	17
Demonstração do Valor Adicionado	18
Notas Explicativas	19

Parecer

Relatório de Revisão Especial - Sem Ressalva	60
--	----

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DADOS DA EMPRESA / COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

<u>Número de ações</u> <u>(Unidades)</u>	<u>Trimestre atual</u> <u>30/09/2012</u>
Do capital integralizado	
Ordinárias	265.806.905
Preferenciais	-
Total	265.806.905
Em tesouraria	
Ordinárias	2.710.839
Preferenciais	-
Total	2.710.839

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.DFS INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL
(Reais Mil)

<u>Código da conta</u>	<u>Descrição da conta</u>	<u>Trimestre atual 30/09/2012</u>	<u>Exercício anterior 31/12/2011</u>
1	ATIVO TOTAL	<u>2.190.223</u>	<u>2.176.019</u>
1.01	Ativo circulante	1.072	5.521
1.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	939	2.705
1.01.08	Outros ativos circulantes	133	2.816
1.01.08.03	Outros	133	2.816
1.01.08.03.02	Dividendos a receber	-	2.716
1.01.08.03.03	Prêmios de seguros a amortizar	-	36
	Imposto de renda sobre aplicação		
1.01.08.03.04	financeira	96	64
1.01.08.03.05	Outras despesas	37	-
1.02	Ativo não circulante	2.189.151	2.170.498
1.02.02	Investimentos	2.189.151	2.170.498
1.02.02.01	Participações societárias	2.189.151	2.170.498
1.02.02.01.02	Participações em controladas	2.189.151	2.170.498
2	PASSIVO TOTAL	<u>2.190.223</u>	<u>2.176.019</u>
2.01	Passivo circulante	197	256
2.01.01	Obrigações sociais e trabalhistas	39	32
2.01.01.02	Obrigações trabalhistas	39	32
2.01.02	Fornecedores	99	83
2.01.02.01	Fornecedores nacionais	99	83
2.01.03	Obrigações fiscais	37	28
2.01.03.01	Obrigações fiscais federais	37	28
	Imposto de renda e contribuição social		
2.01.03.01.01	a pagar	37	28
2.01.05	Outras obrigações	22	113
2.01.05.01	Passivos com partes relacionadas	22	113
2.01.05.01.02	Débitos com controladas	22	113
2.03	Patrimônio líquido	2.190.026	2.175.763
2.03.01	Capital social realizado	2.078.116	2.078.116
2.03.02	Reservas de capital	(17.125)	3.731
2.03.02.04	Opções outorgadas	10.315	3.731
2.03.02.05	Ações em tesouraria	(27.440)	-
2.03.04	Reservas de lucros	93.916	93.916
2.03.04.01	Reserva legal	6.387	6.387
2.03.04.10	Reserva para investimento	87.529	87.529
2.03.05	Lucros/Prejuízos acumulados	35.119	-

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.DFS INDIVIDUAIS / DEMOSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Reais Mil)

Código da conta	Descrição da conta	Trimestre atual	Acumulado do	Trimestre do	Acumulado do
		01/07/2012 à 30/09/2012	atual exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	exercício anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	exercício anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.04	Despesas/Receitas operacionais	61.855	35.004	(3.545)	67.932
3.04.02	Despesas gerais e administrativas	(373)	(2.154)	(821)	(2.688)
3.04.06	Resultado de equivalência patrimonial	62.228	37.158	(2.724)	70.620
3.05	Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	61.855	35.004	(3.545)	67.932
3.06	Resultado financeiro	74	115	87	334
3.06.01	Receitas financeiras	22	116	91	341
3.06.01.01	Receitas financeiras	17	111	91	341
3.06.01.02	Variação Monetária	5	5	-	-
3.06.02	Despesas financeiras	52	(1)	(4)	(7)
3.07	Resultado antes dos tributos sobre o lucro	61.929	35.119	(3.458)	68.266
3.09	Resultado líquido das operações continuadas	61.929	35.119	(3.458)	68.266
3.11	Lucro/Prejuízo do período	61.929	35.119	(3.458)	68.266
3.99	Lucro/Prejuízo por ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro/Prejuízo básico por ação				
3.99.01.01	ON	0,23000	0,13000	(0,01000)	0,29000
3.99.02	Lucro/Prejuízo diluído por ação				
3.99.02.01	ON	0,23000	0,13000	(0,01000)	0,29000

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DFS INDIVIDUAIS / DEMOSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Reais Mil)

Código da conta	Descrição da conta	Trimestre atual	Acumulado do	Trimestre do	Acumulado do
		01/07/2012 à 30/09/2012	atual exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	exercício anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	exercício anterior 01/01/2011 à 30/09//2011
4.01	Lucro/Prejuízo do período	61.929	35.119	(3.458)	68.266
4.03	Resultado abrangente do período	61.929	35.119	(3.458)	68.266

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.DFS INDIVIDUAIS/DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
(Reais Mil)

Código da conta	Descrição da conta	Acumulado do	Acumulado
		atual exercício	do exercício
		01/01/2012 à	01/01/2011 à
		30/09/2012	30/09/2011
6.01	Caixa líquido atividades operacionais	(2.130)	(136)
6.01.01	Caixa gerado nas operações	(2.039)	(22)
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo líquido	35.119	68.266
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	(37.158)	(70.620)
6.01.01.03	Provisão para plano de opção de ações	-	2.332
6.01.02	Variações nos ativos e passivos	(91)	(114)
6.01.02.01	Impostos e contribuições a recuperar	-	(89)
6.01.02.02	Outros ativos	(33)	414
6.01.02.03	Fornecedores	16	12
6.01.02.04	Impostos a recolher	9	34
6.01.02.05	Empresas ligadas	(91)	(509)
6.01.02.06	Outros passivos	8	24
6.02	Caixa líquido atividades de investimento	27.805	(1.459.378)
6.02.02	Adições de investimento	-	(1.464.378)
6.02.03	Dividendos recebidos	27.805	5.000
6.03	Caixa líquido atividades de financiamento	(27.441)	1.457.593
6.03.01	Aumento de capital por emissão de ações	-	1.515.079
6.03.02	Custos com emissão de ações	-	(57.380)
6.03.03	Pagamento de dividendos	(1)	(106)
6.03.04	Ações em tesouraria	(27.440)	-
6.05	Aumento (Redução) de caixa e equivalentes	(1.766)	(1.921)
6.05.01	Saldo inicial de caixa e equivalentes	2.705	5.229
6.05.02	Saldo final de caixa e equivalentes	939	3.308

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DFS INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO / DMPL - 01/01/2012 À 30/09/2012
(Reais Mil)

<u>Código da conta</u>	<u>Descrição da conta</u>	<u>Capital social integralizado</u>	<u>Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria</u>	<u>Reservas de lucros</u>	<u>Lucros ou prejuízos acumulados</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
5.01	Saldos iniciais	2.078.116	3.731	93.916	-	-	2.175.763
5.03	Saldos iniciais ajustados	2.078.116	3.731	93.916	-	-	2.175.763
5.04	Transações de capital com os sócios	-	(27.440)	-	-	-	(27.440)
5.04.04	Ações em tesouraria adquiridas	-	(27.440)	-	-	-	(27.440)
5.05	Resultado abrangente total	-	-	-	35.119	-	35.119
5.05.01	Lucro líquido do período	-	-	-	35.119	-	35.119
5.06	Mutações internas do patrimônio líquido	-	6.584	-	-	-	6.584
5.06.01	Constituição de reservas	-	6.584	-	-	-	6.584
5.07	Saldos finais	2.078.116	(17.125)	93.916	35.119	-	2.190.026

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DFS INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO / DMPL - 01/01/2011 À 30/09/2011
(Reais Mil)

<u>Código da conta</u>	<u>Descrição da conta</u>	<u>Capital social integralizado</u>	<u>Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria</u>	<u>Reservas de lucros</u>	<u>Lucros ou prejuízos acumulados</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
5.01	Saldos iniciais	620.417	106	1.780	-	-	622.303
5.03	Saldos iniciais ajustados	620.417	106	1.780	-	-	622.303
5.04	Transações de capital com os sócios	1.457.699	(106)	-	-	-	1.457.593
5.04.01	Aumentos de capital	1.515.079	-	-	-	-	1.515.079
5.04.02	Gastos com emissão de ações	(57.380)	-	-	-	-	(57.380)
5.04.06	Dividendos	-	(106)	-	-	-	(106)
5.05	Resultado abrangente total	-	-	-	68.266	-	68.266
5.05.01	Lucro líquido do período	-	-	-	68.266	-	68.266
5.06	Mutações internas do patrimônio líquido	-	2.332	-	-	-	2.332
5.06.01	Constituição de reservas	-	2.332	-	-	-	2.332
5.07	Saldos finais	2.078.116	2.332	1.780	68.266	-	2.150.494

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DFS INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Reais Mil)

<u>Código da conta</u>	<u>Descrição da conta</u>	<u>Acumulado do atual exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</u>	<u>Acumulado do exercício anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</u>
7.02	Insumos adquiridos de terceiros	(609)	(1.320)
7.02.02	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(609)	(1.320)
7.03	Valor adicionado bruto	(609)	(1.320)
7.05	Valor adicionado líquido produzido	(609)	(1.320)
7.06	Valor adicionado recebido em transferência	37.274	70.960
7.06.01	Resultado de equivalência patrimonial	37.158	70.620
7.06.02	Receitas financeiras	111	340
7.06.03	Outros	5	-
7.07	Valor adicionado total a distribuir	36.665	69.640
7.08	Distribuição do valor adicionado	36.665	69.640
7.08.01	Pessoal	1.288	1.045
7.08.01.01	Remuneração direta	1.286	1.045
7.08.01.02	Benefícios	2	-
7.08.02	Impostos, taxas e contribuições	247	255
7.08.02.01	Federais	247	255
7.08.03	Remuneração de capitais de terceiros	11	74
7.08.03.01	Juros	-	8
7.08.03.03	Outras	11	66
7.08.03.03.01	Despesas bancárias	11	66
7.08.04	Remuneração de capitais próprios	35.119	68.266
7.08.04.03	Lucros retidos / Prejuízo do período	35.119	68.266

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.DFS CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO
(Reais Mil)

<u>Código da conta</u>	<u>Descrição da conta</u>	<u>Trimestre atual 30/09/2012</u>	<u>Exercício anterior 31/12/2011</u>
1	ATIVO TOTAL	<u>2.404.777</u>	<u>2.729.723</u>
1.01	Ativo circulante	1.063.310	1.258.107
1.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	875.407	1.021.951
1.01.02	Aplicações financeiras	50.079	130.479
1.01.02.01	Aplicações financeiras avaliadas a valor justo	50.079	130.479
1.01.02.01.02	Títulos disponíveis para venda	50.079	130.479
1.01.03	Contas a receber	99.065	76.140
1.01.03.01	Clientes	99.065	76.140
1.01.04	Estoques	5.362	5.362
1.01.06	Tributos a recuperar	26.782	20.698
1.01.06.01	Tributos correntes a recuperar	26.782	20.698
1.01.08	Outros ativos circulantes	6.615	3.477
1.01.08.03	Outros	6.615	3.477
1.01.08.03.02	Outros	6.615	3.477
1.02	Ativo não circulante	1.341.467	1.471.616
1.02.01	Ativo realizável a longo prazo	33.514	66.986
1.02.01.02	Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado	20.538	60.968
1.02.01.02.01	Títulos mantidos até o vencimento	20.538	60.968
1.02.01.06	Tributos diferidos	9.026	5.800
1.02.01.06.01	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.026	5.800
1.02.01.09	Outros ativos não circulantes	3.950	218
1.02.01.09.03	Impostos a recuperar	3.899	167
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	51	51
1.02.03	Imobilizado	771.936	869.425
1.02.03.01	Imobilizado em operação	481.922	541.508
1.02.03.03	Imobilizado em andamento	290.014	327.917
1.02.04	Intangível	536.017	535.205
1.02.04.01	Intangíveis	536.017	535.205
1.02.04.01.01	Contrato de concessão	533.763	533.763
1.02.04.01.02	Outros	2.254	1.442

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.DFS CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO
(Reais Mil)

<u>Código da conta</u>	<u>Descrição da conta</u>	<u>Trimestre atual 30/09/2012</u>	<u>Exercício anterior 31/12/2011</u>
2	PASSIVO TOTAL	<u>2.404.777</u>	<u>2.729.723</u>
2.01	Passivo circulante	99.024	395.348
2.01.01	Obrigações sociais e trabalhistas	7.416	1.453
2.01.01.01	Obrigações sociais	747	402
2.01.01.02	Obrigações trabalhistas	6.669	1.051
2.01.02	Fornecedores	30.647	292.547
2.01.02.01	Fornecedores nacionais	30.647	292.547
2.01.02.01.01	Fornecedores	30.647	26.652
2.01.02.01.02	Contas a pagar	-	265.895
2.01.03	Obrigações fiscais	37.829	24.438
2.01.03.01	Obrigações fiscais federais	33.181	19.925
2.01.03.02	Obrigações fiscais estaduais	4.648	4.513
2.01.04	Empréstimo e financiamentos	-	51.992
2.01.04.01	Empréstimo e financiamentos	-	51.992
2.01.04.01.01	Em moeda nacional	-	51.992
2.01.05	Outras obrigações	13.027	18.883
2.01.05.01	Passivos com partes relacionadas	226	500
2.01.05.01.03	Débitos com controladores	226	500
2.01.05.02	Outros	12.801	18.383
2.01.06	Provisões	10.105	6.035
2.01.06.02	Outras provisões	10.105	6.035
2.01.06.02.04	Provisões para pesquisa e desenvolvimento	10.105	6.035
2.02	Passivo não circulante	115.727	158.612
2.02.01	Empréstimos e financiamentos	-	51.565
2.02.01.01	Empréstimos e financiamentos	-	51.565
2.02.01.01.01	Em moeda nacional	-	51.565
2.02.04	Provisões	115.727	107.047
2.02.04.02	Outras provisões	115.727	107.047
2.02.04.02.04	Provisão para abandono	115.727	107.047
2.03	Patrimônio líquido consolidado	2.190.026	2.175.763
2.03.01	Capital social realizado	2.078.116	2.078.116
2.03.02	Reservas de capital	(17.125)	3.731
2.03.02.04	Opções Outorgadas	10.315	3.731
2.03.02.05	Ações em tesouraria	(27.440)	-
2.03.04	Reservas de lucros	93.916	93.916
2.03.04.01	Reserva legal	6.387	6.387
2.03.04.10	Reserva para investimento	87.529	87.529
2.03.05	Lucros/Prejuízos acumulados	35.119	-

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DFS CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Reais Mil)

<u>Código da Conta</u>	<u>Descrição da Conta</u>	Trimestre atual	Acumulado do	Trimestre do	Acumulado do
		01/07/2012 à 30/09/2012	atual exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	exercício anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	exercício anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de venda de bens e/ou serviços	127.195	346.342	74.030	205.948
3.02	Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(50.236)	(133.726)	(32.326)	(84.721)
3.03	Resultado bruto	76.959	212.616	41.704	121.227
3.04	Despesas/Receitas operacionais	(21.651)	(213.107)	(30.107)	(88.973)
3.04.02	Despesas gerais e administrativas	(13.816)	(44.865)	(7.861)	(47.784)
3.04.05	Outras despesas operacionais	(7.835)	(168.242)	(22.246)	(41.189)
3.04.05.01	Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(8.604)	(169.011)	(21.378)	(38.693)
3.04.05.02	Outros	769	769	(868)	(2.496)
3.05	Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	55.308	(491)	11.597	32.254
3.06	Resultado financeiro	19.419	66.438	(13.440)	59.012
3.06.01	Receitas financeiras	20.057	90.095	47.026	128.952
3.06.01.01	Receitas financeiras	18.661	66.073	45.568	118.851
3.06.01.02	Variação cambial ativa	147	22.773	1.458	10.101
3.06.01.03	Variação monetária ativa	1.249	1.249	-	-
3.06.02	Despesas financeiras	(638)	(23.657)	(60.466)	(69.940)
3.06.02.01	Despesas financeiras	(108)	(3.322)	(4.781)	(16.810)
3.06.02.02	Variação cambial passiva	(530)	(20.335)	(55.685)	(53.130)
3.07	Resultado antes dos tributos sobre o lucro	74.727	65.947	(1.843)	91.266
3.08	Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(12.798)	(30.828)	(1.615)	(23.000)
3.08.01	Corrente	(13.535)	(34.053)	(4.367)	(25.308)
3.08.02	Diferido	737	3.225	2.752	2.308
3.09	Resultado líquido das operações continuadas	61.929	35.119	(3.458)	68.266
3.11	Lucro/Prejuízo consolidado do período	61.929	35.119	(3.458)	68.266
3.11.01	Atribuído a sócios da empresa controladora	61.929	35.119	(3.458)	68.266
3.99	Lucro por ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro básico por ação				
3.99.01.01	ON	0,23000	0,13000	(0,01000)	0,29000
3.99.02	Lucro diluído por ação				
3.99.02.01	ON	0,23000	0,13000	(0,01000)	0,29000

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DFS CONSOLIDADAS / DEMOSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Reais Mil)

Código da conta	Descrição da conta	Trimestre atual	Acumulado do	Trimestre do	Acumulado do
		01/07/2012 à 30/09/2012	atual exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	exercício anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	exercício anterior 01/01/2011 à 30/09//2011
4.01	Lucro/Prejuízo Líquido consolidado do período	61.929	35.119	(3.458)	68.266
4.03	Resultado abrangente do período	61.929	35.119	(3.458)	68.266
4.03.01	Atribuído a sócios da empresa controladora	61.929	35.119	(3.458)	68.266

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.DFS CONSOLIDADAS / DEMOSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
(Reais Mil)

<u>Código da conta</u>	<u>Descrição da conta</u>	<u>Acumulado do</u>	<u>Acumulado</u>
		<u>atual exercício</u>	<u>do exercício</u>
		<u>01/01/2012 à</u>	<u>01/01/2011 à</u>
		<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
6.01	Caixa líquido atividades operacionais	185.127	154.371
6.01.01	Caixa gerado nas operações	245.465	197.446
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do período	35.119	68.266
6.01.01.02	Amortização e depreciação	62.188	38.077
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.225)	(2.308)
6.01.01.04	Variação cambial monetária e encargos sobre financiamentos	2.648	14.337
6.01.01.05	Baixa de imobilizado	118.121	14.067
6.01.01.06	Plano de opção de ação	6.584	2.332
6.01.01.07	Provisão para imposto de renda e contribuição social	34.053	25.308
6.01.01.08	Provisão para pesquisa e desenvolvimento	4.070	1.415
6.01.01.09	Variação cambial sobre contas a pagar aquisição bloco exploratório	(22.773)	37.225
6.01.01.10	Variação cambial sobre provisão para abandono	8.680	10.740
6.01.01.11	Provisão para garantia de devolução de blocos	-	(10.555)
6.01.01.12	Instrumentos financeiros derivativos	-	(1.458)
6.01.02	Variações nos ativos e passivos	(57.589)	(32.465)
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	(22.925)	25.686
6.01.02.02	Impostos e contribuição a recuperar	(9.816)	(9.599)
6.01.02.03	Fornecedores	(838)	(4.233)
6.01.02.04	Impostos a recolher	4.112	(8.657)
6.01.02.05	Juros pagos	(3.075)	(15.664)
6.01.02.06	Impostos de renda e contribuição social pagos	(24.773)	(19.976)
6.01.02.07	Partes relacionadas	(274)	(22)
6.01.03	Outros	(2.749)	(10.610)
6.01.03.01	Ativos	(3.139)	(12.208)
6.01.03.02	Passivos	390	1.598
6.02	Caixa líquido atividades de investimento	(201.100)	(647.722)
6.02.01	Caixa restrito	40.430	(26.368)
6.02.02	Aplicações financeiras	80.400	(192.955)
6.02.03	Pagamento de imobilizado	(77.684)	(125.357)
6.02.04	Pagamento de intangível	(244.246)	(303.042)
6.03	Caixa líquido atividades de financiamento	(130.571)	1.380.967
6.03.01	Aumento de capital por emissão de ações	-	1.515.079
6.03.02	Custo com emissão de ações	-	(57.380)
6.03.03	Pagamento de financiamentos	(103.130)	(76.626)
6.03.04	Ações em tesouraria	(27.440)	-
6.03.05	Pagamento de dividendos	(1)	(106)
6.05	Aumento (redução) de caixa e equivalentes	(146.544)	887.616
6.05.01	Saldo inicial de caixa e equivalentes	1.021.951	137.225
6.05.02	Saldo final de caixa e equivalentes	875.407	1.024.841

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.DFS CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO / DMPL - 01/01/2012 À 30/09/2012
(Reais Mil)

Código da conta	Descrição da conta	Capital social integralizado	Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria	Reservas de lucros	Lucros ou prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido consolidado
5.01	Saldos iniciais	2.078.116	3.731	93.916	-	-	2.175.763	-	2.175.763
5.03	Saldos iniciais ajustados	2.078.116	3.731	93.916	-	-	2.175.763	-	2.175.763
5.04	Transação de capital com os sócios	-	(27.440)	-	-	-	(27.440)	-	(27.440)
5.04.04	Ações em tesouraria adquiridas	-	(27.440)	-	-	-	(27.440)	-	(27.440)
5.05	Resultado abrangente total	-	-	-	35.119	-	35.119	-	35.119
5.05.01	Lucro líquido do período	-	-	-	35.119	-	35.119	-	35.119
5.06	Mutações internas do patrimônio líquido	-	6.584	-	-	-	6.584	-	6.584
5.06.01	Constituições de reservas	-	6.584	-	-	-	6.584	-	6.584
5.07	Saldos finais	2.078.116	(17.125)	93.916	35.119	-	2.190.026	-	2.190.026

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.DFS CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO / DMPL - 01/01/2011 À 30/09/2011
(Reais Mil)

Código da conta	Descrição da conta	Capital social integralizado	Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria	Reservas de lucros	Lucros ou prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido consolidado
5.01	Saldos iniciais	620.417	106	1.780	-	-	622.303	-	622.303
5.03	Saldos iniciais ajustados	620.417	106	1.780	-	-	622.303	-	622.303
5.04	Transações de capital com os sócios	1.457.699	(106)	-	-	-	1.457.593	-	1.457.593
5.04.01	Aumentos de capital	1.515.079	-	-	-	-	1.515.079	-	1.515.079
5.04.02	Gastos com emissão de ações	(57.380)	-	-	-	-	(57.380)	-	(57.380)
5.04.06	Dividendos	-	(106)	-	-	-	(106)	-	(106)
5.05	Resultado abrangente total	-	-	-	68.266	-	68.266	-	68.266
5.05.01	Lucro líquido do período	-	-	-	68.266	-	68.266	-	68.266
5.06	Mutações internas do patrimônio líquido	-	2.332	-	-	-	2.332	-	2.332
5.06.01	Constituição de reservas	-	2.332	-	-	-	2.332	-	2.332
5.07	Saldos finais	2.078.116	2.332	1.780	68.266	-	2.150.494	-	2.150.494

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DFS CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Reais Mil)

<u>Código da conta</u>	<u>Descrição da conta</u>	<u>Acumulado do atual exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</u>	<u>Acumulado do exercício anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</u>
7.01	Receitas	518.382	728.365
7.01.01	Vendas de mercadorias, produtos e serviços	439.929	265.137
7.01.02	Outras receitas	769	357
7.01.03	Receitas refs. à construção de ativos próprios	77.684	462.871
7.02	Insumos adquiridos de terceiros	308.432	94.875
7.02.01	Custos prods., mercs e servs. vendidos	206.535	69.642
7.02.02	Materiais, energia, servs, de terceiros e outros	89.752	20.103
7.02.04	Outros	12.145	5.130
7.03	Valor adicionado bruto	209.950	633.490
7.04	Retenções	62.188	38.077
7.04.01	Depreciação, amortização e exaustão	62.188	38.077
7.05	Valor adicionado líquido produzido	147.762	595.413
7.06	Vlr adicionado recebido em transferência	90.267	121.204
7.06.02	Receitas financeiras	66.074	118.851
7.06.03	Outros	24.193	2.353
7.07	Valor adicionado total a distribuir	238.029	716.617
7.08	Distribuição do valor adicionado	238.029	716.617
7.08.01	Pessoal	28.605	27.233
7.08.01.01	Remuneração direta	27.123	26.769
7.08.01.02	Benefícios	886	308
7.08.01.03	F.G.T.S	596	156
7.08.02	Impostos, taxas e contribuições	149.714	95.469
7.08.02.01	Federais	73.498	48.066
7.08.02.02	Estaduais	42.096	30.090
7.08.02.03	Municipais	34.120	17.313
7.08.03	Remuneração de capital de terceiros	24.591	525.649
7.08.03.01	Juros	3.325	16.810
7.08.03.02	Aluguéis	453	253
7.08.03.03	Outras	20.813	508.586
7.08.03.03.01	Gastos com exploração - Imobilizado	-	159.829
7.08.03.03.02	Gastos com exploração - Intangível	-	303.042
7.08.03.03.03	Outras	20.813	45.715
7.08.04	Remuneração de capitais próprios	35.119	68.266
7.08.04.03	Lucros retidos/ Prejuízo do período	35.119	68.266

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR INDIVIDUAL E CONSOLIDADO REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 (As informações trimestrais de 30 de setembro foram revisadas por auditores independentes na extensão descrita no relatório de revisão datado de 5 de novembro de 2012) (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Histórico Operacional

A QGEP Participações S.A. com sede na Avenida Almirante Barroso 52, sala 1.301 - Centro (a “Companhia” ou “QGEPP”) foi constituída em 9 de março de 2010 com a razão social Latina Participações S.A., posteriormente alterada em 2 de setembro de 2010 para QGEP Participações S.A. e permaneceu sem atividades até esta data, quando a Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A. (“QGOG”) aportou na QGEPP a totalidade de seu investimento na Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEPP”), passando esta última a ser sua subsidiária integral.

A QGEPP tem como principal objeto social a participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica. Suas controladas, Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEPP”) e Manati S.A. (“Manati”) são sucessoras nas operações de exploração e produção (“E&P”) da empresa Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A. (“QGOG”).

As atividades de E&P são regulamentadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”). A Companhia e suas controladas são referidas em conjunto nestas informações financeiras trimestrais como “Grupo”.

Em 1º de novembro de 2010 sua Administração protocolou junto à Superintendência de Relacionamento com Empresas (SEP), da Comissão de Valores Mobiliários, a solicitação para obtenção de registro de companhia aberta, a qual foi deferida por aquela autarquia em 2 de fevereiro de 2011.

Informações sobre as operações do Grupo

Em 30 de setembro de 2012, o Grupo apresenta em seu portfólio participações em oito concessões de E&P localizados na porção *offshore* da Margem Continental Brasileira. Desses, três estão situados na Bacia de Camamu-Almada (BCAM-40, BM-CAL-5 e BM-CAL-12, este composto pelos Blocos CAL-M-312 e CAL-M-372); um na Bacia de Jequitinhonha (BM-J-2) e quatro na Bacia de Santos (Coral, BM-S-12, BM-S-8 e BS-4). Dos blocos citados, a QGEP é operadora dos blocos BM-J-2 e BS-4 e os demais são operados pela Petrobras.

As concessões BCAM-40 e BS-4 estão na fase de produção e os demais na fase de exploração. No BCAM-40 estão situados os campos de Manati e Camarão Norte, e se encontram, respectivamente, nas fases de produção e desenvolvimento da produção. No BS-4 estão situados os campos de Atlanta e Oliva e se encontram em desenvolvimento da produção. O Campo Coral encontra-se desativado. Nas concessões BM-CAL-5, BM-S-8 e BM-S-12, está em andamento o plano de avaliação de descoberta, enquanto as concessões BM-CAL 12 e BM-J-2 estão respectivamente no primeiro e segundo períodos exploratórios.

O Campo de Manati foi desenvolvido através da perfuração de seis poços completados com Árvores de Natal Molhadas (ANM). Eles produzem através de uma plataforma fixa de produção (PMNT-1) que escoo o gás através de um gasoduto de 24" de diâmetro e cerca de 125 km de extensão para a estação de tratamento, que especifica o gás e estabiliza o condensado (Estação Geólogo Vandemir Ferreira).

No terceiro trimestre de 2011, a perfuração do prospecto Alto de Canavieiras referente ao Bloco BM-J-2 foi interrompida temporariamente em função da condicionante da licença ambiental emitida pelo IBAMA que restringe atividades de perfuração em determinados períodos do ano neste local. A licença ambiental é válida até junho de 2013.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das informações contábeis consolidadas e individuais estão definidas a seguir:

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais da Companhia compreendem:

- As informações financeiras trimestrais consolidadas preparadas de acordo como CPC 21- Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board*- IASB.
- As informações financeiras trimestrais individuais da controladora preparadas de acordo com o CPC 21- Demonstração Intermediária.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As informações financeiras trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas informações financeiras trimestrais individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas informações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações financeiras trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações financeiras trimestrais individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Companhia está apresentando as informações financeiras trimestrais individuais da controladora (QGEP Participações S.A.) e consolidadas. Este procedimento é necessário em virtude da legislação societária brasileira determinar a divulgação das informações financeiras trimestrais individuais das entidades que contém investimentos em controladas, mesmo quando estas entidades divulgam suas informações consolidadas.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue:

2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As informações financeiras trimestrais consolidadas incluem as informações financeiras trimestrais da Companhia e de suas controladas, na mesma data base e de acordo com as mesmas práticas contábeis. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Desta forma, o processo de consolidação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado corresponde à soma dos respectivos ativos, passivos, receitas e despesas, complementado com as seguintes eliminações entre a Controladora e suas controladas diretas e indiretas: (i) participações no capital social, reservas e prejuízos acumulados e investimentos, (ii) saldos de contas correntes e outros ativos e/ou passivos, (iii) efeitos de transações relevantes, praticadas entre as entidades consolidadas.

Nas informações financeiras trimestrais individuais da Companhia as transações das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as informações financeiras trimestrais das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia e suas controladas. As transações, saldos, receitas e despesas entre partes relacionadas são eliminados integralmente nas informações financeiras trimestrais consolidadas.

Participações da Companhia em controladas

As informações financeiras trimestrais da Companhia compreendem as informações financeiras de suas controladas, diretas e indiretas, relacionadas a seguir, utilizando a mesma data base:

	<u>Porcentagem de participação - %</u>	
	<u>Controle</u>	<u>30/09/2012</u>
QGEP	Direto	100%
Manati	Indireto	100%

2.4. Informações do segmento operacional

A Administração efetuou a análise e concluiu que a QGEPP opera em um único segmento, exploração e produção (E&P) de óleo e gás. Adicionalmente, a receita líquida de vendas é substancialmente derivada de transações com a Petrobras no Brasil.

Resumo das principais práticas contábeis:

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

2.6. Estoques

Representados por ativos adquiridos de terceiros, na forma de materiais e suprimentos a serem utilizados na campanha de perfuração exploratória. Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio (Nota explicativa 6).

2.7. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em base *pro rata temporis* até a data do balanço.

2.8. Gastos exploratórios, de desenvolvimento e de produção de petróleo e gás (imobilizado, intangível e custos exploratórios para extração de petróleo e gás)

Para os gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás, o Grupo, para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza critérios contábeis alinhados com as normas internacionais IFRS 6 - “*Exploration for and evaluation of mineral resources*”.

O IFRS 6 permite que a Administração defina sua política contábil para reconhecimento de ativos exploratórios na exploração de reservas minerais. A Administração definiu sua política contábil para exploração e avaliação de reservas minerais considerando critérios que no seu melhor julgamento representam os aspectos do seu ambiente de negócios e que refletem de maneira mais adequada as suas posições patrimonial e financeira. Os principais critérios contábeis adotados são:

- Direitos de concessão exploratória e bônus de assinatura são registrados como ativo intangível;
- Os gastos com perfuração de poços onde as avaliações de viabilidade, não foram concluídas, permanecem capitalizados no imobilizado até a sua conclusão. Gastos de perfuração de poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, são capitalizados, enquanto os determinados como não viáveis (“*dryhole*”) são registrados diretamente na demonstração de resultado na conta de custos exploratórios para a extração de petróleo e gás.
- Outros gastos exploratórios que não relacionados ao bônus de assinatura são registrados na demonstração do resultado em custos exploratórios para a extração de petróleo e gás (custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento, gastos com ocupação e retenção de área, impacto ambiental, outros).

Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração, desenvolvimento e produção de gás natural no Campo de Manati são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provada do campo produtor. As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externos de acordo com padrões internacionais e revisadas anualmente ou quando há indicação de alteração significativa. Atualmente, apenas os gastos relacionados com o campo de Manati vêm sendo amortizados, por ser o único campo em fase de produção no momento.

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, incluindo juros e demais encargos financeiros de empréstimos usados na formação de ativos qualificáveis deduzidos da depreciação e amortização acumuladas.

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do período.

O Grupo apresenta substancialmente, em seu ativo intangível, os gastos com aquisição de concessões exploratórias e os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural. Os mesmos são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e serão amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas.

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar fatos e circunstâncias que indiquem a necessidade de *impairment*, apresentados a seguir:

- Período de concessão para exploração expirado ou a expirar em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;
- Gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não orçados ou planejados pelo Grupo ou parceiros;
- Esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais que não tenham gerado descobertas comercialmente viáveis e os quais a Administração tenha decidido por descontinuar em determinadas áreas/blocos específicos;
- Informações suficientes existentes e que indiquem que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com sua alienação.

2.9. Avaliação do valor recuperável dos ativos

De acordo com o CPC 01 (“Redução do Valor Recuperável dos Ativos”) e os critérios definidos na nota explicativa 2.8, os bens do imobilizado, intangível e, quando aplicável, outros ativos não financeiros são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do período.

A Administração da Companhia não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que os ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, para 30 de setembro de 2012, não existia necessidade de registrar para perda em seus ativos, exceto para as baixas dos gastos com perfuração dos poços que não representaram viabilidade, conforme descrito na nota explicativa 18.

2.10. Desmantelamento de áreas produtoras

A obrigação futura com desmantelamento de área de produção é registrada com base em informações fornecidas pelo operador dos campos e com base nas estimativas da Administração quando esta é a operadora, e registrada integralmente no momento da declaração de comercialidade de cada campo, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão para abandono, registrada no passivo, que sustenta tais gastos futuros (Nota explicativa 15).

A provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados. Revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e as variações cambiais apuradas são alocadas diretamente no resultado.

2.11. Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos *pro rata temporis* e variações monetárias e cambiais conforme previstos contratualmente, incorridos até a data do balanço.

2.12. Provisão para processos judiciais

As provisões para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos com expectativa de “perda provável”, com base na opinião dos Administradores e assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. Riscos com expectativa de “perda possível” são divulgados pela Administração, mas não registrados (Nota explicativa 14).

2.13. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos riscos a terceiros.

2.14. Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das informações financeiras trimestrais. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

O ativo de imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos somente até o montante que possa ser considerado como de realização provável.

2.15. Incentivos fiscais

Por estar localizada na área de abrangência da SUDENE, a sua controlada indireta Manati, detém o direito de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração durante 10 anos, começando a mesma a usufruir deste benefício desde 2008. O valor correspondente ao incentivo foi contabilizado no resultado e posteriormente será transferido para a reserva de lucros - incentivos fiscais, no patrimônio líquido da controlada Manati.

2.16. Acordos de pagamentos baseados em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados, a serem liquidados com instrumentos patrimoniais, são mensurados pelo valor justo na data da outorga, conforme descrito na Nota explicativa nº 22 iii.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método acelerado como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta “Plano de Opções de Ações” que registrou o benefício aos empregados.

2.17. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.18. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.19. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros “disponíveis para venda” e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado.

2.19.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquirido principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. O Grupo possui equivalentes de caixa (CDB's e debêntures compromissadas e fundo de investimento exclusivo) e aplicações financeiras classificadas nesta categoria.

2.19.2. Investimentos mantidos até o vencimento

Incluem os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a obrigação contratual, a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. O Grupo possui caixa restrito classificado nesta categoria.

2.19.3. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. O Grupo possui contas a receber e depósitos bancários (na rubrica de equivalentes de caixa) classificados nesta categoria.

2.19.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade do devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido por provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.20. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”. O Grupo não possui passivos financeiros a valor justo.

2.20.1. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.20.2. Baixa de passivos financeiros

O Grupo baixa passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem.

2.21. Moeda funcional

A moeda funcional da QGEPP e de suas controladas, utilizada na preparação das informações financeiras trimestrais é a moeda corrente do Brasil - real (R\$), sendo a que melhor reflete o ambiente econômico no qual o Grupo está inserida e a forma como é gerida.

Essa definição da moeda funcional foi baseada na análise dos seguintes indicadores, conforme descrito no pronunciamento técnico CPC 02:

- Moeda que mais influencia os preços de bens e serviços;
- Moeda na qual são obtidos ou investidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras;
- Moeda na qual são normalmente acumulados os valores recebidos de atividades operacionais (venda dos derivados de petróleo).

2.22. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras trimestrais individuais e como informação suplementar às informações financeiras trimestrais consolidadas, não sendo uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras trimestrais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.23. Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

Esta demonstração é preparada de acordo com o CPC03 (R2) / IAS7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes e partes relacionadas, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos e encargos financeiros. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

2.24. Lucro líquido por ação

Calculada com base no número médio ponderado de ações ordinários totais (Nota explicativa 22 ii).

2.25. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As normas, interpretações e as alterações de normas existentes emitidas pelo CPC e IFRS com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012 não tiveram qualquer impacto nas informações financeiras trimestrais da Companhia. As normas a seguir relacionadas, referentes as operações da Companhia, foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados a partir de 1º de outubro de 2012 ou em períodos subsequentes.

A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes novos e revisados pronunciamentos e interpretações, referentes as suas operações, que já foram emitidos, mas ainda não são efetivos:

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicação para os exercícios sociais a serem iniciados em ou após</u>
IFRS 7	Instrumentos Financeiros - Divulgação	1º de janeiro de 2013
IFRS 9	Instrumentos Financeiros - Mensuração e Classificação	1º de janeiro de 2015
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	Acordo Contratual Conjunto	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	Divulgação de Participação em Outras Entidades	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	Mensuração do Valor Justo	1º de janeiro de 2013
IAS 19	Benefícios a empregados	1º de janeiro de 2013
IAS 27	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas	1º de janeiro de 2013
IAS 28	Investimentos em Coligadas e Controladas	1º de janeiro de 2013
IAS 32	Instrumentos Financeiros - Apresentação	1º de janeiro de 2014

A Administração da Companhia avaliará os impactos nas demonstrações contábeis pela adoção desses pronunciamentos e dessas interpretações e os adotará de acordo com o início da respectiva vigência.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na Nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

As principais estimativas utilizadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas, depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, premissas para determinação da provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas, expectativa de realização dos créditos tributários e demais ativos, provisão para o imposto de renda e contribuição social, a avaliação de instrumentos financeiros e determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, entre eles os ativos financeiros mantidos até o vencimento.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

3.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

3.1.1. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Administração revisou os ativos financeiros do Grupo em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a capacidade do Grupo manter esses ativos até o vencimento. O valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento em 30 de setembro de 2012 é de R\$20.538. Os detalhes a respeito desses ativos estão descritos na Nota explicativa nº 8.

3.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos:

3.2.1. Avaliação de instrumentos financeiros

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Nota explicativa nº 21 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

3.2.2. Vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito na Nota explicativa 2.9, a Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente, ao encerramento de cada período. Durante o período, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado eram adequadas, não sendo requeridos ajustes.

3.2.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Grupo registra ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que o Grupo espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Estas projeções e previsões incluem várias premissas relacionadas ao desempenho do Grupo, as taxas de câmbio, o volume de produção, outras taxas e fatores que podem diferir das estimativas atuais.

De acordo com a atual legislação fiscal brasileira, não há prazo para a utilização de prejuízos fiscais. No entanto, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente em até 30,0% do lucro tributável anual.

3.2.4. Provisão para processos judiciais

As provisões para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são registrada e/ou divulgadas, a menos que a possibilidade de perda seja considerada remota por nossos consultores jurídicos. As contingências encontram-se dispostas em notas explicativas das demonstrações contábeis (Notas 2.12 e 14).

O registro da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas de um determinado passivo na data das demonstrações contábeis é feita quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

3.2.5. Amortização do ativo imobilizado e intangível e provisão para abandono e desmantelamento de áreas

As estimativas de reservas provadas e de reservas prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. As reservas provadas e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Companhia assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros de petróleo, taxas de câmbio, taxas de inflação, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis registradas.

A estimativa do volume das reservas é base de apuração da parcela de amortização e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para a quantificação da provisão de abandono e desmantelamento de áreas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração nas estimativas do volume de reservas e da vida útil dos ativos a elas vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de amortização, reconhecidos nas demonstrações contábeis como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de abandono (Nota explicativa 2.10), de sua recuperação quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado e das análises de *impairment*.

Os gastos de exploração (gastos com perfurações bem sucedidos ou em avaliação) e bônus de assinatura são capitalizados e mantidos de acordo com a prática contábil descrita na Nota explicativa 2.8. A capitalização inicial de gastos e sua manutenção é baseado no julgamento qualitativo da Administração de que a sua viabilidade será confirmada pelas atividades exploratórias em curso e planejadas pelo comitê de operações do consórcio.

4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e depósitos bancários	181	51	924	758
CDB's e debêntures	758	2.654	181.657	106.553
Fundo de investimento exclusivo (*)	-	-	692.826	914.640
Total	<u>939</u>	<u>2.705</u>	<u>875.407</u>	<u>1.021.951</u>

O caixa e equivalente de caixa estão concentrados em certificados de depósitos bancários pós-fixados (CDB), operações compromissadas (lastro em debêntures), e investimento em fundo exclusivo, possuindo liquidez imediata e rentabilidade indexada à variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate.

b) Aplicações financeiras

	Consolidado	
	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Fundo de investimento exclusivo (*)	<u>50.079</u>	<u>130.479</u>
Total	<u>50.079</u>	<u>130.479</u>

A rentabilidade média dos equivalentes de caixa e aplicações financeiras foi equivalente a 101,29% do CDI no acumulado do período findo em 30 de setembro de 2012.

(*) Composição dos fundos de investimentos exclusivos

A Companhia possui um fundo de investimento exclusivo multimercado, que aplica em cotas de fundos exclusivos de renda fixa, lastreados em títulos públicos e privados indexadas à variação da taxa do CDI.

As carteiras dos fundos de investimentos exclusivos em 30 de setembro de 2012 são compostas pelos títulos e saldos demonstrados abaixo:

<u>Produto</u>	<u>Valor</u>
Compromissada (debêntures e títulos públicos)	206.250
CDB/ CDI (pós-fixado)	486.576
Títulos classificados em equivalentes de caixa	<u>692.826</u>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	429
Letras Financeiras (HSBC, Bradesco, Itaú e CEF)	<u>49.650</u>
Títulos classificados em aplicações financeiras	<u>50.079</u>

5. CONTAS A RECEBER

A Manati tem um contrato de longo prazo a partir de 2007 (até 27 anos) para fornecimento de um volume mínimo anual de gás à Petrobras, por um preço em reais que é ajustado anualmente com base em índice contratual.

Os saldos de contas a receber referem-se a operações de venda de gás com a Petrobras, os quais historicamente não possuem inadimplência ou atrasos. Não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois o saldo de contas a receber é composto apenas de saldo a vencer com prazo médio de recebimento de, aproximadamente, 40 dias.

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Materiais	5.362	5.362

Composto por materiais necessários à execução da campanha de perfuração exploratória do BM-J-2, que foi interrompida temporariamente, até o primeiro semestre de 2013, conforme citado na Nota explicativa 1.

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota. Os saldos das transações entre a Companhia e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<u>Passivo - circulante</u>				
Contas a pagar - Construtora QG S.A. (a)	-	-	-	58
Contas a pagar - QGOG (b)	-	-	226	325
Contas a pagar - BS-3 S.A.	-	-	-	117
Contas a pagar - QGEP (c)	<u>22</u>	<u>113</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>22</u>	<u>113</u>	<u>226</u>	<u>500</u>

	Consolidado			
	<u>01/07/12</u> <u>a 30/09/12</u>	<u>01/01/12</u> <u>a 30/09/12</u>	<u>01/07/11</u> <u>a 30/09/11</u>	<u>01/01/11</u> <u>a 30/09/11</u>
<u>Resultado</u>				
Despesas gerais e administrativas (b)	315	783	252	1.934
Despesas financeiras (a)	-	194	320	959

(a) Refere-se aos encargos financeiros sobre as fianças dos empréstimos junto ao BNB/BNDES, cujos financiamentos foram liquidados em 15 de maio de 2012, conforme citado na Nota explicativa 13.

- (b) Decorrente de prestação de serviços administrativos que a QGOG presta à Manati e à QGEP. As despesas incorridas foram cobradas através de critérios de rateios considerando os esforços demandados para cada atividade corporativa, com prazo de liquidação de 35 dias. No caso de atraso incorrerão juros de 1% a.m.
- (c) Refere-se a reembolso de despesas incorridas.

7.1. Remuneração dos administradores

Inclui a remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada), os respectivos encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS, dentre outros), a remuneração variável e plano de opção de ações do pessoal-chave da Administração conforme apresentada no quadro abaixo:

	Controladora			
	<u>01/07/12</u> <u>a 30/09/12</u>	<u>01/01/12</u> <u>a 30/09/12</u>	<u>01/07/11</u> <u>a 30/09/11</u>	<u>01/01/11</u> <u>a 30/09/11</u>
Benefícios de curto prazo	573	1.501	427	1.261

	Consolidado			
	<u>01/07/12</u> <u>a 30/09/12</u>	<u>01/01/12</u> <u>a 30/09/12</u>	<u>01/07/11</u> <u>a 30/09/11</u>	<u>01/01/11</u> <u>a 30/09/11</u>
Benefícios de curto prazo	1.729	9.441	1.154	5.244
Plano de opção de ações	1.433	3.670	833	1.388

Além da remuneração citada acima, durante o ano de 2011, foi pago o montante de R\$13.712 referente a gratificação do processo de abertura de capital para os Administradores, conforme aprovado em ata de Reunião do Conselho de Administração (“RCA”) de 28 de março de 2011.

8. CAIXA RESTRITO

	Consolidado	
	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Fundo de provisão de abandono (a)	20.538	11.379
Aplicação financeira - amortização acelerada dos empréstimos BNB e BNDES (b)	-	2.142
Aplicação financeira - conta reserva (c)	-	47.447
Total caixa restrito	<u>20.538</u>	<u>60.968</u>

- (a) O fundo de abandono é representado pelas aplicações financeiras mantidas para o pagamento da provisão para abandono do Campo de Manati (fundo de abandono - vide Nota explicativa 15) e são integralmente aplicadas no Banco Bradesco. A rentabilidade média do fundo foi equivalente a 7,54% no período findo em 30 de setembro de 2012 (9,77% no período findo em 30 de setembro de 2011).

- (b) Conta para qual eram transferidos, mensalmente, os recursos provenientes dos contratos de compra e venda de gás natural, na hipótese de produção do Campo de Manati em quantidade superior a quantidade mensal produzida estimada, conforme Contrato de Financiamento, e correspondente a 50% deste excedente de produção multiplicado pelo preço contratual de venda no respectivo mês. Quando o saldo desta conta alcançava um montante igual ao valor de uma prestação de amortização do principal, BNB e BNDES podiam efetuar pagamentos adicionais, de modo a reduzir o número total de prestações. Estes recursos eram aplicados em Letras Financeiras de Tesouro (“LFT”), indexados à variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”), com rentabilidade de 99% do CDI. Os empréstimos foram liquidados em 15 de maio de 2012 e juntamente com os mesmos as aplicações financeiras mantidas na rubrica de caixa restrito conforme Contrato de Financiamento.
- (c) Outros ativos financeiros da Companhia eram compostos por saldos de aplicações financeiras que faziam parte do pacote de garantias cedidas ao BNB e BNDES em decorrência do financiamento para desenvolvimento do Campo de Manati (conta reserva). Estes recursos eram aplicados em operações de renda fixa, indexadas à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”), integralmente aplicadas no Banco do Nordeste do Brasil (BNB), os quais rendiam uma taxa média de 99% do CDI. Os empréstimos foram liquidados em 15 de maio de 2012 e juntamente com os mesmos as aplicações mantidas conforme Contrato de Financiamento.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

9.1. Impostos e contribuições a recuperar

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Antecipação IR e CS	5.319	978
IRRF sobre aplicação financeira (a)	24.218	19.514
Outros	<u>1.144</u>	<u>373</u>
Total	<u>30.681</u>	<u>20.865</u>
Circulante	<u>26.782</u>	<u>20.698</u>
Não circulante	<u>3.899</u>	<u>167</u>

- (a) Refere-se basicamente a créditos referentes ao sistema de cobrança semestral do imposto de renda sobre a rentabilidade das carteiras, denominado “come cotas”. A retenção deste imposto é calculada, tomando como base a menor alíquota de cada tipo de fundo (alíquota de 20% para os fundos de curto prazo e de 15% para os fundos de longo prazo).

9.2. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
ICMS (a)	-	-	4.648	5.006
Imposto de renda e contribuição social	-	-	12.666	6.301
IRRF	37	28	334	343
PIS/COFINS (a)	-	-	13.901	9.395
Royalties (b)	-	-	3.220	2.453
Participação especial (c)	-	-	3.028	865
Outros	-	-	32	75
Total circulante	<u>37</u>	<u>28</u>	<u>37.829</u>	<u>24.438</u>

- (a) Débitos referentes aos impostos incidentes sobre a venda de gás natural oriundos das operações do campo de Manati.
- (b) Royalties a pagar sobre o gás produzido no campo de Manati, conforme descrito na Nota explicativa 20.
- (c) Participação especial a pagar sobre o gás produzido no campo de Manati, conforme descrito na Nota explicativa 20.

9.3. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	Controladora			
	01/07/12 a 30/09/12	01/01/12 a 30/09/12	01/07/11 a 30/09/11	01/01/11 a 30/09/11
Lucro antes do IR e CSLL	61.929	35.119	(3.458)	(68.266)
Alíquotas oficiais de imposto	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(21.056)	(11.941)	1.176	(23.210)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	21.158	12.634	(926)	24.010
Prejuízos fiscais não ativados (a)	(102)	(693)	(250)	(800)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de renda/contribuição social correntes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) Referente a 100% dos prejuízos fiscais e base negativa da QGEPP. Em 30 de setembro de 2012 a QGEPP possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$2.038 (R\$2.353 em 30 de setembro de 2011), sendo que a QGEPP não registra ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda ou bases negativas de contribuição social, por não haver histórico de lucratividade até a corrente data, pois suas atividades ainda estão nas fases exploratória e de desenvolvimento.

	Consolidado			
	01/07/12 a 30/09/12	01/01/12 a 30/09/12	01/07/11 a 30/09/11	01/01/11 a 30/09/11
Lucro antes do IR e CSLL	74.727	65.947	(1.843)	91.266
Alíquotas oficiais de imposto	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(25.407)	(22.422)	627	(31.030)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:				
Incentivos fiscais (a)	13.751	35.970	5.022	18.336
Prejuízos fiscais não ativados (b)	(2.037)	(51.258)	(8.344)	(14.171)
Baixa de blocos exploratórios	-	-	-	10.299
Despesas indedutíveis (receita não tributável)	895	6.882	1.080	(6.434)
Imposto de renda e contribuição social	(12.798)	(30.828)	(1.615)	(23.000)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	737	3.225	2.752	2.308
Imposto de renda/contribuição social correntes	(13.535)	(34.053)	(4.367)	(25.308)

(a) Incentivo fiscal apurado pelo lucro da exploração nas operações de Manati (vide Nota explicativa 2.15).

(b) Referente a 100% dos prejuízos fiscais e base negativa da controlada QGEP. Em 30 de setembro de 2012 a QGEP possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$116.399 (R\$39.324 em 30 de setembro de 2011), sendo que a QGEP não registra ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda ou bases negativas de contribuição social, por não haver histórico de lucratividade até a corrente data, pois suas atividades ainda estão nas fases exploratória e de desenvolvimento.

9.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são oriundos de despesas/provisões não dedutíveis temporariamente reconhecidas no resultado da controlada Manati, as quais serão deduzidas do lucro real e à base da contribuição social, em exercícios futuros para cálculo dos impostos.

	Consolidado
<u>ATIVO</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.800
Diferença temporária:	
Amortização dos ativos referentes a provisão de abandono	1.304
Variação cambial da provisão de abandono	1.301
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	<u>621</u>
Saldo em 30 de setembro de 2012	<u>9.026</u>

A Companhia estima que o ativo fiscal diferido será realizado na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos em projeções efetivadas. A Companhia estima a realização do ativo fiscal diferido referente à provisão de abandono a partir de 2027.

10. INVESTIMENTOS

10.1. Composição

A seguir, são apresentadas as informações das controladas da Companhia no encerramento do período:

Participação	Nome da controlada	Local de constituição e operação	Participação e capital votante e total detidos - %
Direta	Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.	Brasil	100%
Indireta	Manati S.A.	Brasil	100%

10.2. Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

Os dados dos investimentos e as informações financeiras para cálculo de equivalência patrimonial nas controladas direta e indireta, são:

	Controlada direta QGEP	Controlada indireta Manati
Quantidade de ações ordinárias	191.352.711	38.044.131
Percentual de participação direta	100%	100%
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Capital social	2.042.553	253.481
Patrimônio líquido	2.189.151	625.182
Resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012	37.158	170.199
Ativo	2.234.041	801.252
Passivo	2.234.041	801.252
Receita Líquida	-	346.342

A movimentação dos investimentos da QGEPP na controlada direta QGEP apresentado nas informações financeiras trimestrais individuais, é como segue:

	<u>R\$</u>
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011	2.170.498
Plano de opção de ações	6.584
Dividendos recebidos (a)	(25.089)
Resultado de equivalência patrimonial (b)	<u>37.158</u>
Saldo em 30 de setembro de 2012	<u>2.189.151</u>

(a) Em AGE realizada em 5 de junho de 2012 foi aprovada a distribuição e pagamento aos acionistas da QGEP de dividendos no valor de R\$9.000, sendo R\$2.716 referente aos dividendos mínimos obrigatórios e R\$6.284 referente aos dividendos intermediários do saldo da Reserva de Investimentos de 31 de dezembro de 2011.

Em AGE realizada em 16 de agosto de 2012 foi aprovada a distribuição e pagamento aos acionistas da QGEP de dividendos no valor de R\$13.315, referente aos dividendos intermediários do saldo da Reserva de Investimentos de 31 de dezembro de 2011.

Em AGE realizada em 13 de setembro de 2012 foi aprovada a distribuição e pagamento aos acionistas da QGEP de dividendos no valor de R\$5.490, referente aos dividendos intermediários do saldo da Reserva de Investimentos de 31 de dezembro de 2011.

- (b) Resultado apurado pela investida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012.

10.3. Informações sobre as controladas

- Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.

A QGEP foi constituída em 16 de outubro de 2009 com a razão social Chania Participações S.A., posteriormente alterada em 14 de maio de 2010 para Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. e permaneceu sem atividades até 2 de julho de 2010 quando a QGOG aportou os ativos líquidos referente as atividades de E&P, passando esta última a ser sua subsidiária integral.

A QGEP tem como principal objeto social a exploração de áreas na busca de novas reservas de óleo e gás, produção, comércio e industrialização de petróleo, gás natural e produtos derivados e participação em sociedades que se dediquem substancialmente a atividades afins, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

- Manati S.A.

A Manati S.A., é uma companhia de capital fechado, que tem prazo de duração indeterminado. Foi fundada em 13 de outubro de 2004, na Cidade de Salvador, Estado da Bahia. Tem como objetivo social e específico a realização de investimentos no Campo de Manati, localizado na Bacia de Camamu/Almada e a comercialização de hidrocarbonetos decorrentes da exploração do mencionado bloco, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas. Toda a produção de gás é vendida a Petrobras.

O Conselho de Administração da QGEP tomou a decisão de incorporar a Manati S.A. à Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. A reestruturação, que ainda depende da aprovação da ANP, não terá impacto sobre as atividades de produção no Campo de Manati.

11. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação e amortização %	Consolidado			31/12/2011
		30/09/2012		Líquido	
		Custo	Depreciação e amortização		
Segmento corporativo					
Móveis e utensílios	10%	669	(103)	566	593
Veículos	20%	791	(161)	630	532
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.344	(361)	983	1.141
Computadores – <i>Hardware</i>	20%	1.066	(228)	838	880
Adiantamento para aquisição imobilizado	-	610	-	610	-
Obras em andamento	-	195	-	195	-
Subtotal		<u>4.675</u>	<u>(853)</u>	<u>3.822</u>	<u>3.146</u>
Segmento de <i>upstream</i>					
Gastos com exploração de recursos naturais em andamento (i)	-	281.024	-	281.024	327.917
Gastos com exploração de recursos naturais (ii)	(iii)	16.844	(11.698)	5.146	6.353
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás em andamento (iv)		8.991	-	8.991	1.362
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	(iii)	<u>804.696</u>	<u>(331.743)</u>	<u>472.953</u>	<u>530.647</u>
Subtotal		<u>1.111.555</u>	<u>(343.441)</u>	<u>768.114</u>	<u>866.279</u>
Total		<u>1.116.230</u>	<u>(344.294)</u>	<u>771.936</u>	<u>869.425</u>

- (i) Gastos com exploração em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando a conclusão do processo exploratório.
- (ii) Referente a poços descobridores e delimitadores do Campo de Manati, o qual já está em fase de produção.
- (iii) As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa (Nota explicativa 20(b)). Os efeitos das alterações das reservas em relação à amortização são computados de forma prospectiva, ou seja, não impactam os valores outrora registrados.
- (iv) Gastos com desenvolvimento em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando o início da produção.

Custo	Consolidado					
	Gastos com imobilizados corporativos	Gastos com exploração de recursos naturais - em andamento	Gastos com exploração de recursos naturais	Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás - em andamento	Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	Total
Saldo em 31/12/2011	3.533	327.917	16.844	1.362	802.178	1.151.834
(+) Adições do período	1.193	71.177	(a) -	7.629	2.518	82.517
(-) Baixas do período	<u>(51)</u>	<u>(118.070)</u>	(b) -	-	-	<u>(118.121)</u>
Saldo em 30/09/2012	<u>4.675</u>	<u>281.024</u>	<u>16.844</u>	<u>8.991</u>	<u>804.696</u>	<u>1.116.230</u>

(a) Principais adições referentes ao BM-S-12 e ao BM-S-8 nos montantes de R\$27.118 e R\$40.365, respectivamente, que incluem gastos com serviços de perfuração, logística e materiais.

(b) Principais baixas referente ao poço Ilha do Macuco (bloco BM-S-12) no montante de R\$81.513 e ao prospecto Jequitibá (BM-CAL-5) no montante de R\$36.557.

Depreciação e amortização	Depreciação imobilizado corporativo	Amortização gastos com exploração	Amortização gastos com desenvolvimento	Total
Saldo em 31/12/2011	(387)	(10.491)	(271.531)	(282.409)
(+) Adições do período	<u>(466)</u>	<u>(1.207)</u>	<u>(60.212)</u>	<u>(61.885)</u>
Saldo em 30/09/2012	<u>(853)</u>	<u>(11.698)</u>	<u>(331.743)</u>	<u>(344.294)</u>

12. INTANGÍVEL

	Consolidado			
	Custo	Amortização	30/09/2012	31/12/2011
Aquisição de concessão exploratória (i)	529.399	-	529.399	529.399
Bônus de assinatura (ii)	4.364	-	4.364	4.364
Software	<u>2.643</u>	<u>(389)</u>	<u>2.254</u>	<u>1.442</u>
Total	<u>536.406</u>	<u>(389)</u>	<u>536.017</u>	<u>535.205</u>

- (i) Em 1º de junho de 2011, a controlada QGEP assinou com a Shell Brasil Petróleo Ltda. ("Shell") contrato de compra e venda de direitos de participação de 10% no bloco BM-S-8, localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de R\$278.692 (US\$175.000). A transferência dos direitos de participação da Shell para a QGEP foi aprovada pela ANP em dezembro de 2011. O consórcio é formado pela Petrobras (operadora), QGEP, Petrogal e Barra Energia. O pagamento de 10% do valor no montante de R\$27.687(US\$17.500) da aquisição foi realizado no dia 15 de junho de 2011 e os outros 90% no montante de R\$247.732 (US\$157.500) da aquisição foram pagos no dia 15 de julho de 2011.

Adicionalmente, em 16 de agosto de 2011, a QGEP assinou com a Shell contrato de compra e venda de direitos de participação de 30% nos campos de Atlanta e Oliva (BS-4), localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de R\$250.707 (US\$157.500). Em 16 de fevereiro de 2012, a ANP aprovou a transferência de 30% dos direitos de concessão, bem como da operação dos campos Atlanta e Oliva (antigo BS-4) para a QGEP. O pagamento de 10% do valor no montante de R\$24.932 (US\$15.750) da aquisição foi realizado no dia 18 de agosto de 2011 e os outros 90% no montante de R\$243.130 (US\$141.750) da aquisição foram pagos no dia 2 de março de 2012.

- (ii) Em 30 de setembro de 2012, os bônus de assinatura, no montante de R\$4.364, correspondem aos gastos para a aquisição de direitos de exploração em leilões da ANP os quais não estão sendo amortizados, pois se referem as áreas de concessão em fase exploratória. A composição deste saldo está disponível na Nota explicativa 20.

Custo e Amortização	Consolidado			
	Aquisição de concessão exploratória	Bônus de assinatura	Software	Total
Saldo líquido em 31/12/2011	529.399	4.364	1.442	535.205
(+) Adições (custo)	-	-	1.115	1.115
(-) Adições (amortização)	-	-	<u>(303)</u>	<u>(303)</u>
Saldo em 30/09/2012	<u>529.399</u>	<u>4.364</u>	<u>2.254</u>	<u>536.017</u>

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos destinavam-se, principalmente, a investimentos em projetos de exploração, avaliação e/ou desenvolvimento de reservas de petróleo e gás natural e dispêndio de capital normal para a perfuração e outros serviços relacionados às atividades fins da Companhia, os quais foram liquidados integralmente em 15 de maio de 2012.

			Consolidado		Forma de pagamento
	30/09/2012	31/12/2011	Encargos	Garantia	
<u>Moeda nacional</u>					
BNDES	-	52.474	TJLP +3.5% a.a.	Fiança penhor ações Manati	Mensal
BNB	-	<u>51.083</u>	10% a.a.	Fiança penhor ações Manati	Mensal
Total em moeda nacional	-	<u>103.557</u>			
Circulante	-	51.992			
Não circulante	-	<u>51.565</u>			
Total consolidado	-	<u>103.557</u>			

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo

BNB - Banco do Nordeste

Segue abaixo a movimentação do período:

Saldo 31/12/2011	103.557
(-) Amortização do principal	(103.130)
(+) Adições de juros	2.892
(-) Amortização de juros	(3.075)
(-) Bônus adimplência	<u>(244)</u>
Saldo 30/09/2012	<u>-</u>

14. PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos, concluiu que não existem processos prováveis de perda para a Companhia e suas controladas, conseqüentemente nenhuma provisão foi constituída no período apresentado nas informações financeiras trimestrais.

Os processos da Manati considerados como perda possível consubstanciada na opinião de assessores legais externos, não foram provisionados nas informações financeiras trimestrais e se referem:

- Contingência ambiental referente a assoreamento do Rio Castro e descumprimento de condicionantes da Licença Precária de Operação do gasoduto Manati. O valor atribuído a ação original foi de R\$300 e a Manati S.A. pode ser responsável por 45% de uma eventual contingência, na proporção de sua participação no contrato de concessão e podendo envolver de reparação de danos e a responsabilidade ambiental.

- b) Contingência ambiental referente a assoreamento de córregos e erosão na instalação do gasoduto entre Guaibin e São Francisco do Conde - descumprimento de condicionantes, a qual deu origem a Execução Fiscal decorrente da multa aplicada pelo Auto de Infração lavrado em 22 de novembro de 2006, pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA). O valor da execução é de R\$364 e a Manati S.A. pode ser responsável por 45% de uma eventual contingência, na proporção de sua participação no contrato de concessão, podendo envolver de reparação de danos e a responsabilidade ambiental.

Por meio de um contrato celebrado em 28 de outubro de 2010, a Companhia tem acordado que indenizará a QGOG por qualquer contingência relacionada às atividades de E&P que venha a ser imputada àquela Companhia. Em contrapartida, em 18 de janeiro de 2011, foi celebrado um contrato com a QGOG e a Constellation Overseas, Ltd. (“Constellation”), pelo qual as referidas companhias ficaram obrigadas a indenizar por prejuízos havidos em relação a todo o passivo existente e contingente não relacionado às atividades de E&P que venha a ser imputado a Companhia. Consubstanciada na opinião dos assessores legais externos da QGOG e Constellation, a Companhia concluiu que não existem processos prováveis de perda, conseqüentemente nenhuma provisão foi constituída no período apresentado nas informações financeiras trimestrais.

15. PROVISÃO PARA ABANDONO

As estimativas de custos para abandono referente as operações na controlada Manati foram definidas pelo operador do bloco (Petrobras) tendo sido esta revisada para o exercício de 2011, conforme Ata de Reunião do Comitê Operacional de 11 de novembro de 2011.

Na controlada Manati, os efeitos da variação cambial oriunda da atualização da provisão para abandono definida em moeda estrangeira (US\$) são contabilizados diretamente no resultado do período.

Movimentação da Provisão para Abandono no período:

	<u>Consolidado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	107.047
Variação cambial do período	<u>8.680</u>
Saldos em 30 de setembro de 2012	<u>115.727</u>

16. RECEITA LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>			
	<u>01/07/12</u> <u>a 30/09/12</u>	<u>01/01/12</u> <u>a 30/09/12</u>	<u>01/07/11</u> <u>a 30/09/11</u>	<u>01/01/11</u> <u>a 30/09/11</u>
Receita bruta	<u>160.328</u>	<u>439.929</u>	<u>95.242</u>	<u>265.137</u>
PIS	(2.570)	(7.059)	(1.541)	(4.290)
COFINS	(11.840)	(32.512)	(7.099)	(19.761)
ICMS	(14.187)	(41.881)	(10.741)	(30.008)
Descontos - reduções contratuais	<u>(4.536)</u>	<u>(12.135)</u>	<u>(1.831)</u>	<u>(5.130)</u>
Total de deduções	<u>(33.133)</u>	<u>(93.587)</u>	<u>(21.212)</u>	<u>(59.189)</u>
Receita líquida	<u>127.195</u>	<u>346.342</u>	<u>74.030</u>	<u>205.948</u>

17. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

17.1. Custos

	Consolidado			
	<u>01/07/12</u> <u>a 30/09/12</u>	<u>01/01/12</u> <u>a 30/09/12</u>	<u>01/07/11</u> <u>a 30/09/11</u>	<u>01/01/11</u> <u>a 30/09/11</u>
Custos de extração	(12.966)	(33.815)	(10.931)	(27.749)
Royalties e participação especial	(12.804)	(34.093)	(6.537)	(17.289)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.603)	(4.399)	(952)	(1.869)
Amortização e depreciação	<u>(22.863)</u>	<u>(61.419)</u>	<u>(13.906)</u>	<u>(37.814)</u>
Total	<u>(50.236)</u>	<u>(133.726)</u>	<u>(32.326)</u>	<u>(84.721)</u>

17.2 Despesas gerais e administrativas

	Controladora			
	<u>01/07/12</u> <u>a 30/09/12</u>	<u>01/01/12</u> <u>a 30/09/12</u>	<u>01/07/11</u> <u>a 30/09/11</u>	<u>01/01/11</u> <u>a 30/09/11</u>
Pessoal	(575)	(1.535)	(412)	(1.261)
Serviços contratados de terceiros	(75)	(263)	(142)	(342)
Seguros	327	(35)	(209)	(654)
Impostos e taxas	(7)	(10)	(47)	(104)
Anúncios e publicações	-	(198)	(13)	(259)
Associações	(33)	(100)	-	(6)
Outras despesas	<u>(10)</u>	<u>(13)</u>	<u>2</u>	<u>(62)</u>
Total	<u>(373)</u>	<u>(2.154)</u>	<u>(821)</u>	<u>(2.688)</u>

	Consolidado			
	<u>01/07/12</u> <u>a 30/09/12</u>	<u>01/01/12</u> <u>a 30/09/12</u>	<u>01/07/11</u> <u>a 30/09/11</u>	<u>01/01/11</u> <u>a 30/09/11</u>
Pessoal (a)	(11.639)	(37.633)	(4.762)	(36.458)
Serviços contratados de terceiros	(2.426)	(7.270)	(1.447)	(3.470)
Seguros	(244)	(649)	(282)	(728)
Impostos e taxas	(384)	(936)	(203)	(564)
Anúncios e publicações	(344)	(1.060)	(84)	(884)
Patrocínio	(871)	(871)	-	-
Serviços compartilhados	(315)	(783)	(179)	(1.861)
Depreciação	(290)	(782)	(117)	(274)
Outras despesas diversas	(1.232)	(4.368)	(788)	(3.544)
Alocação projetos E&P (b)	<u>3.929</u>	<u>9.487</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>(13.816)</u>	<u>(44.865)</u>	<u>(7.861)</u>	<u>(47.784)</u>

- (a) O saldo em 30 de setembro de 2011 inclui o montante de R\$23.070 referente ao pagamento para diretores, gerentes, funcionários e colaboradores (incluindo diretores, gerentes, funcionários e colaboradores da controlada QGEP) de uma remuneração de incentivo vinculada à conclusão da Oferta Pública de Ações da QGEP Participações S.A.

A referida remuneração de incentivo teve o valor global de 1,523% do valor da oferta primária de ações, conforme aprovado em ata de Reunião do Conselho de Administração (“RCA”) de 28 de março de 2011. Para o período findo em 30 de setembro de 2012 foi provisionado R\$3.926 mil referente ao pagamento de participação nos lucros.

- (b) Saldo referente ao rateio de despesas relacionadas ao Bloco BS-4, o qual a Companhia é operadora com 30% de participação, sendo o remanescente relacionado aos seus parceiros.

18. CUSTOS EXPLORATÓRIOS PARA A EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

Referem-se a custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento e impacto ambiental, baixas de custos com poços não comerciais ou com reservas não operacionais, entre outros. Do saldo de R\$169.011 em 30 de setembro de 2012, R\$163.763 refere-se aos gastos exploratórios do poço seco Ilha do Macuco (R\$81.513 baixados do imobilizado e R\$45.074 contabilizados diretamente no resultado) e do prospecto Jequitibá (R\$36.557 baixados do imobilizado e R\$619 contabilizados diretamente no resultado), localizados nos blocos BM-S-12 e BM-CAL-5, respectivamente, por não terem apresentado zonas potencialmente produtoras. Do saldo de R\$38.693 em 30 de setembro de 2011, R\$13.213 refere-se a baixa dos gastos exploratórios do poço seco 1-SP-80 localizado no bloco BM-S-76, que não apresentou zonas potencialmente produtoras e R\$19.129 refere-se a sísmica de novas aquisições.

19. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora			
	01/07/12 a 30/09/12	01/01/12 a 30/09/12	01/07/11 a 30/09/11	01/01/11 a 30/09/11
Juros de aplicações financeiras	17	111	91	341
Despesas financeiras	52	(1)	(4)	(7)
Variação monetária	<u>5</u>	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>74</u>	<u>115</u>	<u>87</u>	<u>334</u>
	Consolidado			
	01/07/12 a 30/09/12	01/01/12 a 30/09/12	01/07/11 a 30/09/11	01/01/11 a 30/09/11
Juros de aplicações financeiras	18.661	66.073	45.568	118.851
Juros de empréstimos e financiamentos e despesas financeiras (a)	(108)	(3.322)	(4.781)	(16.810)
Variação monetária	1.249	1.249	-	-
Variações cambiais, líquidas:				
Empréstimos	-	-	1.458	2.353
Derivativos (b)	29	(11.490)	-	-
Provisão para abandono	(530)	(8.680)	(16.738)	(10.740)
Contas a pagar - Atlanta e Oliva (BS-4) (c)	-	22.773	(37.088)	(37.088)
Outros	<u>118</u>	<u>(165)</u>	<u>(1.859)</u>	<u>2.446</u>
Total	<u>19.419</u>	<u>66.438</u>	<u>(13.440)</u>	<u>59.012</u>

- (a) O saldo de 2012 está líquido de R\$244 de bônus de adimplência conforme previsto nos contratos de empréstimos e financiamentos.
- (b) Em 2011 a Companhia contratou instrumentos derivativos, NDF's (Non Deliverable Fowards) no valor nocional total de US\$70.000, com o objetivo de reduzir a exposição às oscilações do dólar em relação ao valor a pagar em reais, referente a aquisição de 30% do bloco BS-4. Em 2 de março de 2012 a Companhia efetuou o pagamento complementar de 90% do preço de aquisição e com isso, liquidou os instrumentos derivativos (NDFs).
- (c) Conforme citado na Nota Explicativa 12.

20. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

a) Direitos e compromissos com a ANP

O Grupo possui a concessão de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos seguintes blocos:

Fase	Bacia	Bloco/ Campo	Data de concessão	Participação	%
Abandonado	Santos	Coral	15/09/2000	Petrobras (operador)	35
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	15
				Panoro Energy	35
				Brasoil	15
Desenvolvimento e Produção	Camamu BCAM-40	Manati Camarão Norte	06/08/1998	Petrobras (operador)	35
				Manati	45
				Panoro Energy	10
				Brasoil	10
	Santos	Atlanta e Oliva BS-4	06/08/1998	Petrobras	40
				Barra Energia	30
				Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	30
Exploração	Camamu - Almada	BM-CAL-5	28/09/2001	Petrobras (operador)	72,5
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	27,5
	Camamu - Almada	CAL-M-312 CAL-M-372	24/11/2004	Petrobras (operador)	60
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	20
				El Paso	20
	Santos	BM-S-12	29/08/2001	Petrobras (operador)	70
			Queiroz Galvão Exploração e Produção	30	
Santos	BM-S-8	15/09/2000	Petrobras (operador)	66	
			Petrogal	14	
			Barra Energia	10	
			Queiroz Galvão Exploração e Produção	10	
Jequitinhonha	BM-J-2	02/09/2002	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	100	

Conforme acima demonstrado, a Petrobras é operadora na quase totalidade dos blocos do Grupo. Pelos termos dos contratos de concessão, e após declaração de comercialidade da mesma, o Grupo tem o direito de desenvolvê-la e produzi-la por um período de 27 anos, durante o qual poderá também, executar novas atividades de exploração dentro do *ringfence* estabelecido pela ANP para o campo. Não existem restrições de preço para a comercialização dos produtos oriundos da exploração dessas áreas.

O quadro a seguir demonstra os compromissos assumidos pelo Grupo em função de seu atual portfólio de participações em projetos de exploração e produção de petróleo e gás natural do Grupo:

Bloco/campo	Garantia para o PEM (% QGEP) MM R\$	Ano do contrato	Bônus de assinatura	Área km ²	Royalties	Taxa de retenção de área por km ² (Valores em Reais)		
						Exploração	Desenvolvimento	Produção
Manati	-	2000	-	75,650	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
Camarão Norte	-	2000	-	16,470	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
Coral	-	2000	-	43,915	8,5%	200,00	400,00	2.000,00
BM-S-12	-	2001	1.596	2.058,720	10%	435,52	871,04	4.355,20
BM-CAL-5	-	2001	1.146	341,700	10%	152,43	304,86	1.524,30
BM-J-2	16,2	2002	855	742,051	10%	174,43	348,86	1.744,30
CAL-M-312	2,2	2004	205	745,851	10%	239,00	478,00	2.390,00
CAL-M-372	9,3	2004	562	745,031	10%	239,00	478,00	2.390,00
BM-S-8	-	2000	-	2.432,2	10%	396,02	792,04	3.960,20
Atlanta e Oliva (BS-4)	-	2000	-	199,6	7,8%	200,00	400,00	2.000,00
Total	<u>27,7</u>		<u>4.364</u>					

Em 30 de setembro de 2012, o compromisso remanescente relativos a Programas exploratórios mínimos, (“PEM”) das concessões mencionadas na nota explicativa 1, compreendem a perfuração de 2 poços pioneiros, um no BM-J-2 e um no BM-CAL-12 (Bloco CAL-M-372), ambos previstos para realização em 2013. Os compromissos com avaliação de descoberta compreendem a perfuração de um poço no BM-CAL-5, prevista para o final de 2014, e a perfuração de um poço, a realização de um teste de formação e de um teste de longa duração contingente no BM-S-8. O poço do BM-J-2 foi iniciado em 2011, mas devido a condicionantes ambientais, que restringem as operações na região em determinados períodos do ano, teve que ser interrompido temporariamente acerca de 2.540 metros de profundidade, restando cerca de mais 2.160 metros a serem perfurados.

A controlada Manati detém 45% do campo de Manati, que iniciou sua produção em janeiro de 2007 e possui compromisso de desmantelamento de suas instalações. Em 30 de setembro de 2012, o montante da provisão de abandono é de R\$115.727 (Nota explicativa 15).

Os seguintes pagamentos de participações governamentais e de terceiros estão previstos para a Manati:

- **Royalties** - Os valores são recolhidos a 7,5% do valor de referência ou do valor comercializado, dos dois o maior, a partir da data de início da produção da área de concessão. Durante o período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2012 foram provisionados R\$26.804 de royalties referentes à produção do campo Manati no período, dos quais R\$3.220 permanecem no passivo a pagar. Esses gastos estão registrados na demonstração do resultado como custos.
- **Participação especial** - A participação especial prevista no inciso III do art. 45 da Lei nº 9.478, de 1997, constitui compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, conforme os critérios definidos no Decreto, e será paga, com relação a cada campo de uma dada área de concessão, a partir do trimestre em que ocorrer a data de início da respectiva produção. Durante o período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2012 foram provisionados R\$7.288 de participação especial, esses gastos estão registrados na demonstração do resultado como custos, dos quais R\$3.028 permanecem registrados no passivo a pagar.

- Pagamento pela ocupação ou retenção da área de concessão - Na fase de exploração, desenvolvimento e produção foram desembolsados os montantes de R\$182 registrados na demonstração do resultado como custos.

b) Informações sobre as reservas (não revisadas pelos auditores independentes)

As reservas de gás provadas líquidas da controlada Manati foram preparadas de acordo com os conceitos definidos pelo *FASB - Accounting Standards Codification*, de acordo com ASC 932 - Atividades Extrativas de Óleo e Gás.

Estas reservas correspondem às quantidades estimadas de gás que pela análise dos dados geológicos e de engenharia de reservatórios podem ser estimados com razoável certeza, sob condições econômicas definidas, métodos de operação estabelecidos e sob as condições regulatórias vigentes.

A estimativa de reservas possui incertezas que são ressalvadas pelas próprias certificadoras, e, assim sendo, alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações.

A reserva de gás estimada está apresentada conforme abaixo:

	Reserva total campo MMm ³ (não revisado)
Reserva provada estimada em 30/09/2012 (*)	<u>12.514</u>

(*) Baseado em estimativas dos engenheiros de petróleo da Companhia.

A reserva provada reportada é a reserva certificada em 2011 e deduzida das produções mensais até o referido período.

c) Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo

Em 30 de setembro de 2012, o Grupo possui garantias, através de carta de fiança e de seguro garantia, junto à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e B combustíveis - ANP no total de R\$27.748 para os Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

Os instrumentos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos (apenas em 31 de dezembro de 2011) e partes relacionadas.

A Companhia não possui opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e “derivativos exóticos”. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de caixa e equivalentes de caixa.

b) Categoria dos instrumentos financeiros

	30/09/2012			
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Mantidos até o vencimento				
Caixa restrito (i)	-	-	20.538	20.538
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e depósitos bancários	939	939	182.581	182.581
Contas a receber (ii)	-	-	99.065	99.065
Valor justo por meio do resultado				
Equivalente de caixa (iii)	-	-	692.826	692.826
Aplicações financeiras (iii)	-	-	50.079	50.079
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores (ii)	99	99	30.647	30.647
Partes relacionadas	22	22	226	226

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 - Os “inputs” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 - Os “inputs” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 - Os “inputs” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa. Os valores de mercado (“valor justo”) estimados pela Administração foram determinados pelo nível 2:

- (i) Saldo mensurado ao custo amortizado, conforme Nota explicativa 2.19.2.
- (ii) Os valores relacionados aos saldos de contas a receber e fornecedores, não possuem diferenças significativas ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos não ultrapassar 60 dias.
- (iii) As mensurações de valor justo são obtidas por meio de variáveis observáveis diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

c) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, créditos aprovados para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Controladora	
	<u>Até 1 ano</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	99	99
Partes relacionadas	<u>22</u>	<u>22</u>
Total	<u>121</u>	<u>121</u>

	Consolidado	
	Até 1 ano	Total
Fornecedores	30.647	30.647
Partes relacionadas	226	226
Total	<u>30.873</u>	<u>30.873</u>

d) Risco de crédito

O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas da Companhia serem realizadas basicamente a Petrobras (95,4% em 30 de setembro de 2012 e 96,3% em 30 de setembro de 2011). A Administração entende que a concentração de negócios, pelo fato da maior parte das transações ser com apenas um cliente, a Petrobras, representa um risco de crédito insignificante tendo em visto que a Petrobras é avaliada pelas agências de *rating* como *Investment Grade*, é controlada pelo Governo Federal e historicamente não possui inadimplência ou atrasos.

e) Risco de taxa de juros

A Companhia utiliza recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. As aplicações financeiras são substancialmente atreladas a taxa de juros CDI pós-fixada. Os empréstimos são captados com taxas de juros pré-fixadas e variáveis (TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo).

Análise de sensibilidade para a taxa de juros

Operação	Saldo em 30.09.2012	Risco	Cenário provável (a)	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva em 30 de setembro de 2012			7,36%	7,36%	7,36%
Equivalente de caixa e aplicações financeiras	742.905	Redução do CDI	742.905	742.905	742.905
Taxa anual estimada do CDI para 30 de setembro de 2013			7,44%	5,58%	3,72%
Equivalente de caixa e aplicações financeiras - cenário de sensibilidade		Redução do CDI	798.177	783.331	768.485
Efeito no período no resultado e patrimônio líquido:					
Aumento			55.272	40.427	25.580

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o período de um ano em 30 de setembro de 2013, de acordo com o relatório Focus em 26 de outubro de 2012, emitido pelo Banco Central do Brasil.

Operação	Saldo em 30.09.2012	Risco	Cenário Provável (a)	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva em 30 de setembro de 2012			7,36%	7,36%	7,36%
Caixa restrito:	20.538	Redução do CDI	20.538	20.538	20.538
Taxa anual estimada do CDI para 30 de setembro de 2013			7,44%	5,58%	3,72%
Caixa restrito:	20.538	Redução do CDI	22.065	21.655	21.245
Efeito no período o resultado e patrimônio líquido:					
Aumento			1.528	1.118	707

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o período de um ano em 30 de setembro de 2013, de acordo com o relatório Focus em 26 de outubro de 2012, emitido pelo Banco Central do Brasil.

f) Risco de taxa de câmbio

Esses riscos são basicamente provenientes das oscilações das taxas de câmbio sobre as transações indicadas em moeda estrangeira.

Com o objetivo de reduzir a exposição às oscilações do dólar na aquisição de dados sísmicos, Administração optou por proteger parte do valor a pagar em reais, indexado ao dólar, utilizando instrumentos derivativos, conforme detalhado abaixo.

O instrumento contratado para aquisição foi uma opção de compra de ações (*call option*) no valor nominal de US\$1.152 Foi pago um prêmio de R\$98 pela compra da Opção, cujos termos e disposições aplicáveis são os seguintes:

Data da Negociação:	4 de abril de 2012 2 de agosto de 2012
Moeda de Referência:	USD
Vendedor da Opção de Moeda:	Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. Banco Itaú BBA S.A.
Estilo de Opção de Moeda:	Européia
Tipo de Opção de Moeda:	Opção de Compra de USD
Valor Nominal da Moeda de Referência:	USD550.964 USD601.000
Preço de Exercício:	2.00 R\$/USD 2.27R\$/USD
Data de Vencimento:	29 de janeiro de 2013 28 de agosto de 2013
Data de Exercício:	29 de janeiro de 2013 28 de agosto de 2013
Data de Liquidação:	30 de janeiro de 2013 28 de agosto de 2013
Prêmio:	R\$43 R\$55
Data do Pagamento de Prêmio:	4 de abril de 2012 2 de agosto de 2012

<u>Operação de termo de moeda</u>	<u>Taxa</u>	<u>30/09/2012</u>	
		<u>Valor</u>	<u>Valor</u>
		<u>nominal</u>	<u>justo</u>
		<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<i>Call Option</i>	USD	2.338	70 (a)

(a) O valor justo está contabilizado na conta de Outros (ativo circulante). No trimestre findo em 30 de setembro de 2012 o efeito no resultado foi de R\$(29).

Análise de sensibilidade para a taxa de câmbio

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade no caso de uma valorização do dólar em relação ao Real (R\$) e o impacto sobre os instrumentos financeiros passivos da Companhia.

	Consolidado				
	30/09/2012				
	Risco	Cenário provável (a)		Cenário	
em USD		em R\$	Possível (25%)	Remoto (50%)	
Dólar efetivo em 30 de setembro de 2012			2,0306	2,5383	3,0459
<i>Operação</i>					
Provisão para abandono	Alta do US\$	56.992	115.727	115.727	115.727
<i>Call option</i>	Alta do US\$	1.152	<u>2.338</u>	<u>2.338</u>	<u>2.338</u>
Taxa anual estimada do dólar para 30 de setembro de 2013			2,01	2,51	3,02
Provisão para abandono	Alta do US\$		114.554	143.192	171.831
<i>Call option</i>	Alta do US\$		<u>2.316</u>	<u>2.894</u>	<u>3.473</u>
Efeito no resultado e patrimônio líquido de cada incremento na valorização do USD em relação ao real					
Aumento			1.196	-	-
Redução			-	(29.216)	(58.435)

(a) Cenário provável da taxa de câmbio (US\$) para o período de um ano em 30 de setembro de 2013, de acordo com o relatório Focus em 26 de outubro de 2012, emitido pelo Banco Central do Brasil.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

i. Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") de 17 de janeiro de 2011 foi deliberado o desdobramento de cada ação ordinária em 3 (três) ações ordinárias e com isso, o número de ações ordinárias emitidos ficou em 186.065.886, naquela data.

Em Reunião do Conselho de Administração ("RCA") realizada em 7 de fevereiro de 2011 foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$1.317.460 passando dos atuais R\$620.417 para R\$1.937.877 mediante a emissão de 69.340.017 ações ordinárias todas nominativas escriturais e sem valor nominal que foram objeto de distribuição pública primária realizada no Brasil nesta mesma data, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003.

Em RCA realizada em 2 de março de 2011 foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$197.619 passando dos atuais R\$1.937.877 para R\$2.135.496 mediante a emissão de 10.401.002 ações ordinárias todas nominativas escriturais e sem valor nominal que foram objeto de distribuição pública nas mesmas condições e no mesmo preço das ações inicialmente ofertadas, em razão do exercício da opção de distribuição de um lote suplementar de ações pelo BTG Pactual, de acordo com as disposições do Contrato de Distribuição e Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da QGEP Participações S.A. ("Prospecto Definitivo").

O capital social integralizado da Companhia em 30 de setembro de 2012 é de R\$2.078.116, dividido em 265.806.905 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, líquido do montante de R\$57.380 dos custos com emissão de ações. A composição do capital social realizado em 30 de setembro de 2012 é a seguinte:

<u>Acionista</u>	<u>Nº de ações ordinárias</u>	<u>% de participação</u>
Queiroz Galvão S.A.	167.459.291	63,0
FIP Quantum	18.606.588	7,0
Capital Group (i)	13.776.200	5,2
Administradores	7	0,0
Ações em tesouraria	2.710.839	1,0
Ações em circulação (ii)	<u>63.253.980</u>	<u>23,8</u>
Total	<u>265.806.905</u>	<u>100</u>

(i) Conforme Comunicado ao Mercado do dia 17 de abril de 2012.

(ii) Inclui 230.697 ações de Administradores.

ii. Lucro líquido por ação

O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de todas as classes de ação em circulação no período. O cálculo do lucro por ação diluído é computado incluindo-se, quando aplicável, as opções de compra de ações de executivos e funcionários chaves usando-se o método de ações em tesouraria quando o efeito é dilutivo.

Os instrumentos de participação que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação tem um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

	<u>Período de 01/07/12 a 30/09/12</u>	<u>Período de 01/01/12 a 30/09/12</u>	<u>Período de 01/07/11 a 30/09/11</u>	<u>Período de 01/01/11 a 30/09/11</u>
<u>Resultado básico e diluído por ação</u>				
Numerador:				
(Prejuízo) lucro líquido do período	61.929	35.119	(3.458)	68.266
Denominador (em milhares de ações):				
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>265.612</u>	<u>265.335</u>	<u>236.751</u>	<u>236.751</u>
Resultado básico e diluído por ação ordinária	<u><u>0,23</u></u>	<u><u>0,13</u></u>	<u><u>(0,01)</u></u>	<u><u>0,29</u></u>

O resultado básico e diluído por ação ordinária é o mesmo uma vez que em 30 de setembro de 2012 e de 2011 as opções de ações estão *out of money*, e, portanto, não impactam o cálculo do resultado diluído por ação.

iii. Plano de outorga de opções de compra de ações

O Conselho de Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com os Planos de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovou a outorga de opções de ações preferenciais para administradores e executivos da Companhia. Para as outorgas de 2012 e de 2011, as opções se tornarão exercíveis 20% a partir do primeiro ano, 30% adicionais a partir do segundo e 50% remanescentes a partir do terceiro ano. As opções segundo estes Planos de 2012 e de 2011 poderão ser exercidas em até 7 anos após a data da concessão.

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo binomial de precificação no montante de R\$5,31 e R\$3,84 para os Planos de 2012 e R\$9,87 para o Plano de 2011.

As reuniões do Conselho de Administração e as premissas utilizadas no modelo de precificação estão relacionadas a seguir:

	Planos de opções de compra de ações 29/05/2012	Planos de opções de compra de ações 26/03/2012	Planos de opções de compra de ações 29/04/2011
Data da reunião do Conselho de Administração	28/05/2012	23/03/2012	29/04/2011
Total de opções concedidas	550.000	2.199.826	1.097.439
Preço de exercício da opção	R\$12,81	R\$14,17	R\$19,00
Valor justo da opção na data da concessão	R\$3,84	R\$5,31	R\$9,87
Volatilidade estimada do preço da ação	49,88%	53,24%	59,24%
Dividendo esperado	1,93%	1,93%	2,35%
Taxa de retorno livre de risco	4,06%	4,69%	6,36%
Duração da opção (em anos)	7	7	7

A movimentação das opções de ações existentes em 30 de setembro de 2012 está apresentada a seguir:

	Opções de ações	Preço de exercício médio ponderado
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2010	-	-
Concedidas no período - 29/04/2011	<u>1.097.439</u>	<u>19,00</u>
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2011	1.097.439	19,00
Concedidas no período - 26/03/2012	2.199.826	14,17
Concedidas no período - 28/05/2012	<u>550.000</u>	<u>12,81</u>
Opções em circulação em 30 de setembro de 2012	<u>3.847.265</u>	<u>45,98</u>

O intervalo de preços de exercício e a maturidade média das opções em circulação, assim como os intervalos de preços de exercício para as opções exercíveis em 30 de setembro de 2012 estão sumariadas abaixo:

Plano	Opções em circulação			Opções exercíveis	
	Opções em circulação em set/2012	Maturidade remanescente media em anos	Preço de exercício	Opções exercíveis em set/2012	Preço de exercício médio
Plano 2012 - 2ª outorga	550.000	7	12,81	-	-
Plano 2012 - 1ª outorga	2.199.826	7	14,17	-	-
Plano 2011	1.097.439	7	19,00	219.488	19,00

Para o período findo em 30 de setembro de 2012, a Companhia registrou no patrimônio líquido um resultado com remuneração baseada em ações no montante de R\$6.584 (R\$2.437 do plano de 2011, R\$1.511 da 1ª outorga do plano de 2012 e R\$2.636 da 2ª outorga do plano de 2012), sendo a contrapartida na demonstração de resultado como custo de pessoal.

23. AÇÕES EM TESOURARIA

Em abril de 2012, a Companhia autorizou o programa de recompra de até 1.097.439 ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas à implementação do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações em 2012. O prazo máximo do programa de recompra é de 365 dias a contar do dia 24 de abril de 2012, data de aprovação do Plano de Recompra de Ações pelo Conselho de Administração da Companhia.

Em julho de 2012, a Companhia autorizou o programa de recompra de até 2.699.826 ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas à implementação do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações em 2011. O prazo máximo do programa de recompra é de 365 dias a contar do dia 09 de julho de 2012, data de aprovação do Plano de Recompra de Ações pelo Conselho de Administração da Companhia.

A posição das ações em tesouraria é como segue abaixo:

	<u>Ações ordinárias (*)</u>	<u>Valor - R\$ mil</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-
Movimentação do período		
Outorga de opção de compra de ações 2011	1.097.439	9.107
Outorga de opção de compra de ações 2012	<u>1.613.400</u>	<u>18.333</u>
Saldo em 30 de setembro de 2012	<u>2.710.839</u>	<u>27.440</u>

(*) Quantidade de ações

Custo histórico na aquisição das ações em tesouraria (R\$ por ação)	<u>30/09/2012</u>
Médio ponderado	10,67
Mínimo	7,88
Máximo	12,30

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do período era o seguinte:

	<u>30/09/2012</u>
	<u>Ordinárias</u>
Quantidade de ações em tesouraria	2.710.839
Cotação por ação na BOVESPA (R\$)	12,10
Valor de mercado (R\$ mil)	32.801

A quantidade de ações em tesouraria representa 1,02% do total de ações ordinárias em poder da Companhia em 30 de setembro de 2012.

24. SEGUROS

Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Importâncias seguradas 30/09/12</u>
Responsabilidade civil geral	21/01/2013	3.106.722
Responsabilidade civil de diretores e administradores	16/01/2013	100.000
Riscos de petróleo e operacionais	21/01/2013	<u>280.800</u>
Total		<u><u>3.487.522</u></u>

25. PLANO DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A QGEP, controlada direta, possui um plano de previdência privada, por adesão, sendo elegíveis todos os funcionários e administradores. Trata-se de um plano com contribuição definida, com valor até 12% do salário mensal por parte do funcionário, e contrapartida de até 6,5% por parte da empresa, conforme nível hierárquico. O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência com dois tipos de regime, progressivo e regressivo. Quando os empregados deixam o plano antes do término do pagamento das contribuições, as contribuições a serem pagas são reduzidas ao valor já pago pela Companhia. A única obrigação da Companhia em relação ao plano de aposentadoria é fazer as contribuições específicas.

A despesa total de R\$293 em 30 de setembro de 2012 (R\$97 em 30 de setembro de 2011), reconhecida na demonstração do resultado consolidada, refere-se a contribuições pagas conforme alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

26. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia, são como segue:

	<u>30/09/2012</u>
Plano de opção de ações	6.584
Adições ao imobilizado	4.833

27. SAZONALIDADE

A atividade de exploração e produção da Companhia não sofre efeitos de sazonalidade ao longo do período, exceto em áreas exploratórias que apresentam restrições ambientais em determinados períodos do ano.

28. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS

As informações financeiras trimestrais foram aprovadas e autorizadas para arquivamento junto a CVM pelo Conselho de Administração em 5 de novembro de 2012.

29. EVENTO SUBSEQUENTE

Em AGE realizada em 05 de outubro de 2012 foi aprovada a distribuição e pagamento aos acionistas da QGEP de dividendos no valor de R\$50.300, referente aos dividendos intermediários do saldo da Reserva de Investimentos de 31 de dezembro de 2011.

Em 10 de outubro de 2012, a Companhia através de sua controlada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. assinou com a Petrobras acordo de cessão de 30% dos direitos de exploração e produção, referente à participação na Área do Plano de Avaliação (PAD) do prospecto Guanabara que englobam os Blocos C-M-122, C-M-145 e C-M-146, (concessão BM-C-27) em águas rasas na Bacia de Campos. A Petrobras permanecerá como operador com participação de 70% nos blocos. A transferência dos 30% de participação para a QGEP está sujeita a aprovação da ANP. O acordo estabelecido com a Petrobras não requer da QGEP nenhum desembolso inicial pela participação nos blocos. A QGEP irá carregar parte dos custos de perfuração no prospecto Guanabara Profundo. Os investimentos exploratórios para a QGEP estão estimados em US\$55 milhões.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
QGEP Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da QGEP Participações S.A. (“Companhia”) identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

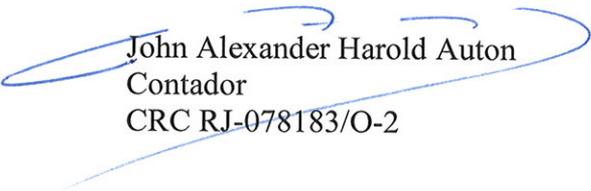
Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards -IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 2012


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ


John Alexander Harold Auton
Contador
CRC RJ-078183/O-2

Mensagem da Administração

Neste trimestre, tivemos um excelente desempenho financeiro e operacional. Registramos aumento significativo nas linhas de receita, EBITDA e lucro líquido, tanto na comparação anual como na trimestral, principalmente em função dos altos níveis de produção no Campo de Manati. Além disso, nossa geração de caixa das atividades operacionais foi substancial e alcançamos importante progresso nos nossos projetos exploratórios durante os primeiros nove meses deste ano.

A forte demanda por gás natural gerou resultados bastante positivos no Campo de Manati, onde a produção média diária atingiu 6,7 MMm³ de gás natural no terceiro trimestre e de 6,1 MMm³ nos primeiros nove meses de 2012. O aumento anual de 60% nos níveis de produção em relação ao mesmo período de 2011 levou a:

- ▶ Crescimento de 72% nas receitas do terceiro trimestre de 2012, passando de R\$ 74 milhões no 3T11 para R\$ 127 milhões no 3T12;
- ▶ Aumento de 85% no EBITDAX para R\$87 milhões no trimestre, comparado a R\$47 milhões no mesmo período do ano anterior; e
- ▶ Fluxo de caixa das atividades operacionais de R\$65 milhões, um aumento de 23% comparado ao 3T11.

Nossa participação majoritária neste campo de alta performance é um diferencial importante para a QGEP em relação as empresas independentes no setor de óleo e gás no Brasil, fornecendo à Companhia recursos para investir em sua carteira de ativos. Mantemos nossa expectativa de que a capacidade média de produção no Campo de Manati seja 6,0 MMm³ por dia em 2012, considerando os níveis excepcionais de produção registrados no segundo e terceiro trimestres do ano.

Ainda com relação aos nossos ativos em desenvolvimento, continuamos com as atividades relacionadas ao desenvolvimento dos campos do pós-sal de Atlanta e Oliva, onde somos o operador e possuímos uma participação de 30%. Estamos aguardamos a aprovação formal da ANP para prosseguir com o plano de desenvolvimento revisado, e enquanto isso, negociamos contratos de serviços e de long lead items, incluindo sondas e outros equipamentos necessários, com o objetivo de estarmos preparados para iniciar a perfuração durante o segundo semestre de 2013.

Nosso prospecto de Carcará, localizado no Bloco BM-S-8, continua sendo o mais promissor no curto prazo. Já atingimos a profundidade final do poço e a fase de testes foi então iniciada. Baseado no que vimos até agora, o poço Carcará apresenta uma das maiores colunas de óleo do pré-sal no Brasil, cuja descoberta poderá ser efetivamente transformadora para a Companhia. Estamos prosseguindo com os testes de formação para obter mais dados a respeito do potencial de produção do reservatório, com isso os resultados deste poço serão divulgados nos próximos meses. Ao mesmo tempo em que reconhecemos a importância de divulgarmos mais informações ao mercado sobre os volumes estimados associados a esta importante descoberta, também sabemos da importância de sermos criteriosos e estarmos seguros nas estimativas informadas ao mercado. Após os resultados do BM-S-8, estamos planejando contratar um Relatório de Certificação de Reservas e Recursos para o nosso portfólio exploratório atual, e esperamos divulgá-lo até o final do primeiro semestre de 2013.

Estamos também em negociação para contratar uma sonda com o objetivo de finalizar a perfuração do prospecto Alto de Canavieiras (JEQ#1) no Bloco BM-J-2 na Bacia de Jequitinhonha, e estamos confiantes de que a sonda será contratada até o final deste ano.

Adicionalmente anunciamos nosso mais recente acordo de farm-in nos Blocos C-M-122, C-M-145, C-M-146 (Concessão BM-C-27) na Bacia de Campos, trazendo um valor adicional ao portfólio da Companhia. Estes são os nossos primeiros ativos localizados com objetivos no pré-sal da Bacia de Campos e nossa participação de 30% permitirá o acesso a valiosos dados geológicos da área e do entorno fortalecendo nossa posição para futuras aquisições.

Estou satisfeito em anunciar que o Sr. Sergio Michelucci foi nomeado, a partir de 1º de dezembro de 2012, o novo Diretor de Exploração da Companhia pelo nosso Conselho de Administração. Trabalhamos em

conjunto durante mais de 20 anos na Petrobras e mais recentemente na QGEP. Sergio tem vasta experiência em diversas bacias, tanto no Brasil quanto no exterior e estamos confiantes em sua capacidade de assumir essa função fundamental na Companhia e continuar com a nossa estratégia de crescimento na área de exploração.

Terminamos o terceiro trimestre de 2012 com caixa líquido de R\$ 926 milhões, o que torna a QGEP uma das companhias independentes de óleo e gás mais sólidas financeiramente no Brasil. Assim, temos flexibilidade importante para aproveitar as oportunidades de expansão bem como o desenvolvimento do nosso portfólio de ativos.

Em resumo, este foi um trimestre fantástico para a QGEP, e nossa administração e equipe técnica continuam a trabalhar em conjunto para ampliar o sucesso de nossas operações. Contamos com um grupo de profissionais altamente qualificados e alinhados com os objetivos estratégicos da Companhia. Agradecemos o interesse e apoio dos nossos acionistas, e continuaremos a informá-los sobre o nosso progresso.

Desempenho Financeiro

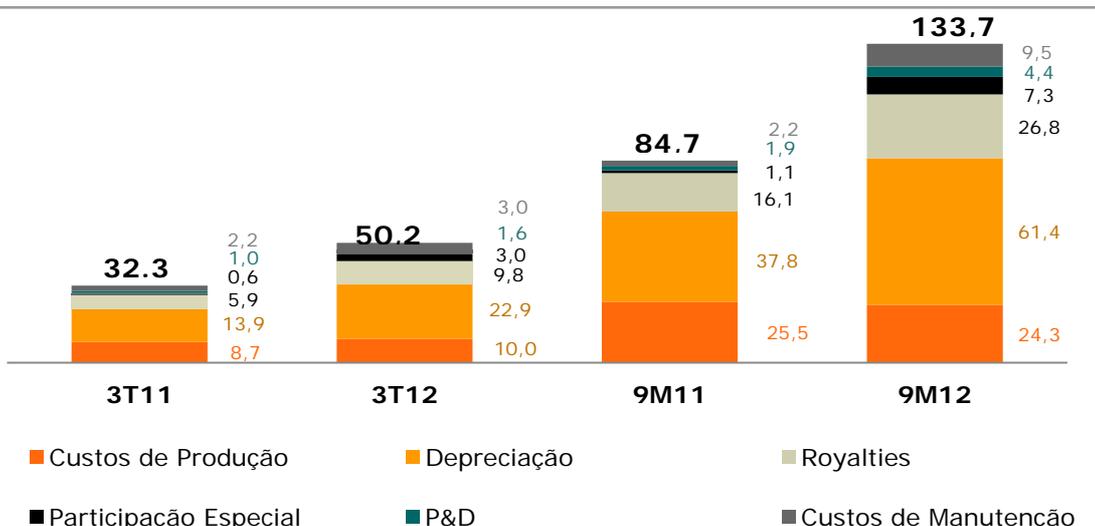
As demonstrações financeiras abaixo representam as informações financeiras consolidadas da Companhia para 3T12, 3T11, 9M12 e 9M11. Alguns percentuais e outros valores incluídos neste relatório foram arredondados para facilitar a apresentação e, por essa razão, podem apresentar pequenas diferenças em relação às tabelas e notas das informações trimestrais. Adicionalmente, pela mesma razão, os valores totais apresentados em determinadas tabelas podem não refletir a soma aritmética dos valores precedentes.

Resultado Operacional

A receita líquida no 3T12 totalizou R\$127,2 milhões, crescimento de 71,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, em função do aumento da produção no Campo de Manati. No 9M12, a receita líquida totalizou R\$ 346,3 milhões, um aumento de 68,2% em relação ao 9M11, resultado do retorno da capacidade total do Campo de Manati, atingida após a finalização da manutenção realizada ao longo de 2011.

O aumento na produção no 3T12 também contribuiu para o crescimento de 55,4% nos custos operacionais em relação ao mesmo período do ano anterior, alcançando R\$50,2 milhões. No 9M12, os custos operacionais totalizaram R\$133,7 milhões, valor que inclui R\$9,5 milhões em custos de manutenção.

**Custos operacionais
(R\$ milhões)**



Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas somaram R\$13,8 milhões no 3T12, R\$6,0 milhões acima do mesmo período no ano anterior, resultado do aumento no número de funcionários da QGEF para sustentar a ampliação do escopo das operações da Companhia. No 9M12, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$44,9 milhões, ligeiramente abaixo dos R\$47,7 milhões registrados no 9M11.

Custos Exploratórios

Os custos exploratórios totalizaram R\$8,6 milhões no 3T12, incluindo uma cobrança adicional de R\$6 milhões referente às atividades de perfuração no poço Ilha do Macuco no Bloco BM-S-12. Os custos exploratórios foram de R\$169,0 milhões no 9M12.

Resultado Financeiro Líquido

No 3T12, a Companhia registrou resultado financeiro líquido de R\$19,4 milhões, comparado a um resultado negativo de R\$13,4 milhões no 3T11. O resultado financeiro líquido do trimestre inclui R\$20,0 milhões em receitas financeiras e R\$0,6 milhão em despesas financeiras. O resultado financeiro do trimestre não foi impactado por variação cambial e monetária relevantes.

Lucro Líquido

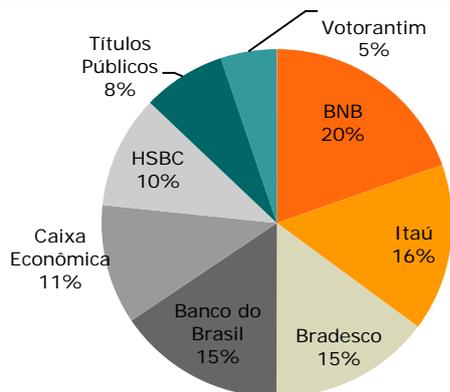
No 3T12, o lucro líquido da Companhia foi de R\$61,9 milhões. Este aumento significativo com relação ao 3T11 foi resultado do maior volume produzido no Campo de Manati, custos exploratórios menores e aumento na receita financeira. Nos primeiros nove meses de 2012, o lucro líquido da QGEF foi de R\$35,1 milhões.

Caixa (Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras)

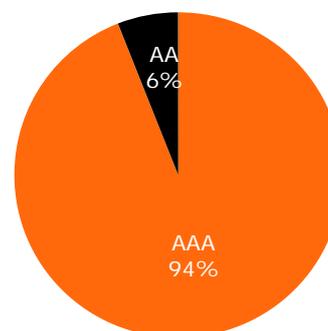
Ao final do 3T12, o saldo de caixa e a posição líquida de caixa da Companhia alcançou R\$925,5 milhões.

O saldo de caixa é aplicado em fundos exclusivos e em ativos de renda fixa, sempre em reais. O rendimento médio da carteira acumulado no ano até 30 de setembro de 2012 foi de 101,3% do CDI, e aproximadamente 95% dos fundos têm liquidez diária. A distribuição das aplicações é apresentada nos gráficos abaixo.

Distribuição dos Investimentos



Ratings



Contas a Receber/Pagar

O saldo de contas a receber totalizou R\$99,1 milhões no 3T12, em comparação com R\$98,0 milhões registrados no 2T12, em função principalmente da venda de gás para a Petrobras. O saldo de contas a pagar totalizou R\$30,6 milhões ao final do 3T12, uma redução de 37,0% em relação ao 2T12.

Endividamento

A Companhia não possuía endividamento ao final do terceiro trimestre de 2012. Como divulgado anteriormente, a Companhia eliminou sua dívida durante o segundo trimestre, após a quitação dos empréstimos do BNDES e do BNB, contraídos para o desenvolvimento do Campo de Manati.

Fluxo de Caixa Operacional

O fluxo de caixa operacional da Companhia totalizou R\$64,5 milhões no 3T12, 23% acima do registrado no 3T11 e em linha com o resultado do 2T12. No 9M12, o fluxo de caixa operacional atingiu R\$185,1 milhões.